

Identidade empresarial

SEBRAE IDENTIDADE EMPRESARIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS
Santa Bárbara do Monte Verde

ÁREA KM2 2010	418	0%
POPULAÇÃO 2013	2.972	0% de 100
PIB (por 1.000) 2011	25.716	0% de 100

PÚBLICA

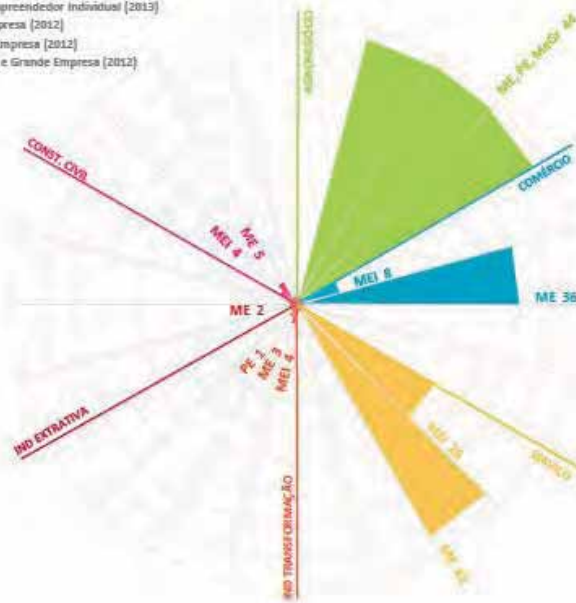
COMPOSIÇÃO DE MERCADO POR SETOR

Fontes: IBGE, FIP, RAIS e Portal do Empreendedor

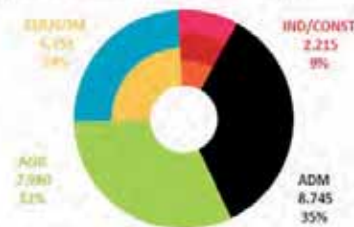
Setores: ■ Agronegócio ■ Comércio ■ Serviço ■ Ind. Transformação ■ Ind. Extrativa ■ Construção Civil



MEI: Microempreendedor Individual (2013)
 ME: Microempresa (2012)
 PE: Pequena Empresa (2012)
 MeGr: Média e Grande Empresa (2012)



PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO V.A. DO MUNICÍPIO | 2011
 (em R\$ mil)



SEGMENTOS COM MAIOR PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO ESTADO

1%	1
0%	EMPRESA
1%	EMPRESA
0%	EMPRESAS
0%	EMPRESA
0%	EMPRESA

VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS NO MUNICÍPIO | 2012





Figura 82. Cachoeira da Água Vermelha– Serra Negra – Rio Preto. Foto: Maurício Brasilli.



Figura 83. Cachoeira Ninho da Água – Serra Negra – Rio Preto. Foto: F. Júnior.



Figura 84. História: Cruz do Negro – Serra Negra – Rio Preto. Foto: F. Júnior.



Figura 85. Fauna: Bugio – Serra Negra – Lima Duarte. Foto: Márcio Lucinda.



Figura 86. Gruta do Armário – Serra Negra – Olaria. Foto: Lúcio Lima.



Figura 87. Panelões – Serra Negra – Olaria. Foto: Márcio Lucinda.

SALIMENA, F.R.G., MATOZINHOS, C.N., ABREU, N.L., RIBEIRO, J.H.C, SOUZA, F.S. & NETO, L.M. 2013. Phanerogamic flora of Serra Negra, Minas Gerais, Brazil. *Rodriguésia*, 64(2): 311-320.

Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Proposta de criação do Parque Estadual do Taquari (Eldorado, SP) Execução: Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – IA-RBMA, Relatório consolidado P1, São Paulo, março de 2014.

SEMAS - Sistema de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Proposta para criação das Unidades de Conservação Parque Estadual Serra do Areial e Refugio de Vida Silvestre Riacho Pontal, em Petrolina / PE. Versão para discussão, Governo de Pernambuco – Recife, Janeiro de 2014.

SEGALLA, M. V.; CARAMASCHI, U.; CRUZ, C. A. G.; GARCIA, P. C.; GRANT, T.; HADDAD, C. F. B & LANGONE, J. 2014. Brazilian amphibians – List of species. *Herpetologia Brasileira* - Volume 3 - Número 2 - Julho de 2014. Disponível em: <<http://www.sbherpetologia.org.br>>. Acessado em: 8 jan. 2016.

SICK, H. *O aspecto fitofisionômico da paisagem do médio Rio das Mortes, Mato Grosso, e a avifauna da região*. Rio de Janeiro: Arquivos do Museu Nacional, v. 42, p. 541-576, 1955.

SICK, H. *Ornitologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª ed., 2001.

SIGRIST, T. *Guia de campo Avis Brasilis: Avifauna Brasileira*. São Paulo: Avisbrasilis, 2009.

SILVA, H.R. & BENMAMAN, P. 2008. Uma nova espécie de *Hylodes* Fitzinger da Serra da Mantiqueira, Minas Gerais, Brasil (Anura: Hylodidae). *Revista Brasileira de Zoologia*, 25(1): 89-99.

SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 3 ed., 3 v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

VALENTE, A.S.M. 2007. Composição, estrutura e similaridade florística do estrato arbóreo de três fragmentos de floresta atlântica, na Serra Negra, município de Rio Preto, Minas Gerais, Brasil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

VENÂNCIO. Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Revista Varia História*. Número especial. Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: FFCH/UFMG, nº. 21, jun., p.181-189, 1999.

Sítios eletrônicos consultados:

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=31>

<http://www.circuitoserrasdeibitipoca.com.br/>

<http://www.pousadaserradofunil.com.br/>

<http://www.mirantesantoantonio.com/>

<http://hvsh.cria.org.br/>

<https://bdlb.bn.br/>

<http://www.turismo.mg.gov.br/>

<http://parquedaciencia.blogspot.com.br/>



Figura 88. Cânions do Topo – Serra Negra – Rio Preto / Lima Duarte. Foto: Márcio Lucinda.



Figura 89. Grutas do Topo – Serra Negra – Rio Preto / Lima Duarte. Foto: Márcio Lucinda.



Figura 90. Grutas do Topo – Serra Negra – Rio Preto / Lima Duarte. Foto: Lúcio Lima.



Figura 91. Avifauna: Gavião Caboclo – Serra Negra – Olaria. Foto: Márcio Lucinda.



Figura 92. Portal dos Viajantes – Serra Negra – Olaria. Foto: Márcio Lucinda.



Figura 93. Portal dos Viajantes – Serra Negra – Olaria. Foto: Márcio Lucinda.



Figura 94. Cachoeira do Café – Serra Negra – Olaria. Foto: F. Júnior.



Figura 95. Cachoeira do Chapadão – Serra Negra – Sta. Bárbara do Monte Verde. Foto: Márcio Lucinda.



Figura 96. Nascer do sol na Serra Negra – Olaria. Foto: Márcio Lucinda.



Figura 97. Pesquisadores na Serra Negra - Olaria / Rio Preto. Foto: Márcio Lucinda.



Figura 98. Vista do Cume da Serra Negra – Olaria / Rio Preto. Foto: Márcio Lucinda.



Figura 99. Vista da Serra Negra para o Parque E. de Ibitipoca – Foto: Márcio Lucinda.



Figura 100. Caverna com três aberturas na crista da Serra Negra da Mantiqueira.



Figura 101. Caverna próximo ao topo da Serra Negra da Mantiqueira.



Figura 102. Caverna com formação quartzítica.



Figura 103. Caverna com duas clarabóias na crista da Serra Negra da Mantiqueira.



Figura 104. Cachoeira da água vermelha.



Figura 105. Cachoeira do Marciano.



Figura 106. Cachoeira próximo à vila do funil.



Figura 107. Cachoeira próximo à Igreja Serra Negra.



Figura 108. Cachoeira do Marciano.



Figura 109. Cachoeira Próximo à vila do Funil. Foto: Lúcio Lima.



Figura 110. Crista da Serra Negra da Mantiqueira, vista para o leste. Foto: Lúcio Lima.



Figura 111. Vista da Serra Negra da Mantiqueira com a Serra do Funil ao fundo. Foto: Lúcio Lima.



Figura 112. Vista da Serra Negra da Mantiqueira com o Parque Estadual do Ibitipoca ao fundo. Foto: Lúcio Lima.



Figura 113. Vista do Pôr do Sol da Crista da Serra Negra da Mantiqueira. Foto: Lúcio Lima.



Figura 114. Vista da Cruz do Negro na Serra Negra da Mantiqueira. Foto: Lúcio Lima.



Figura 115. Vista da Crista da Serra Negra da Mantiqueira com Mata Atlântica de altitude contínua.



Figura 116. Serra Negra da Mantiqueira.

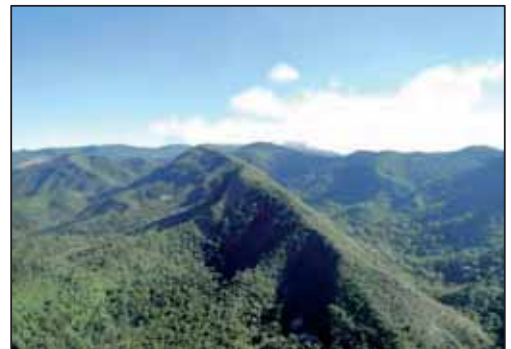


Figura 117. Foto aérea da Serra Negra da Mantiqueira.

9. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

O levantamento do perímetro da área proposta para criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira fundamentou-se em alguns critérios, que juntos pudessem minimizar os conflitos fundiários e ao mesmo tempo resguardar os patrimônios naturais ali existentes, seguindo-se preferencialmente os limites físicos e naturais do entorno da área a ser protegida, como estradas, rios, base da serra, "paredões" da serra, limites da base da serra com a propriedade adjacente, os limites das propriedades, por exemplo.

Em relação aos aspectos fundiários, não existem dados oficiais suficientes sobre a situação fundiária da área de interesse para a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira. Entretanto, há informações do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lima Duarte (referente aos municípios de Lima Duarte e Olaria) e do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Preto (referente aos municípios de Rio Preto e Santa Bárbara do Monte Verde) que grande parte das terras inseridas na área proposta para a criação da UC estão "em comum", ou seja, várias propriedades fazem parte de uma mesma matrícula. Além disso, registra-se que muito poucas propriedades possuem levantamento topográfico.

Dentre as áreas que já possuem levantamento topográfico e que estão regularizadas, podemos destacar três áreas adquiridas por interesse de empresas que possuem processos de compensação ambiental, que estão predispostas a fazer a doação destas áreas ao Estado de Minas Gerais para criação do Parque.

Acredita-se também que possam haver áreas devolutas dentro da área proposta para a criação do Parque, principalmente pelas lacunas de imóveis cadastrados no CAR (Cadastro Ambiental Rural), considerando o período de disponibilidade deste cadastro.

Podemos constatar através da sobreposição da área pretendida para a criação da Unidade de Conservação e os Cadastros Ambientais Rurais - CAR, que existem aproximadamente 51 (cinquenta e uma) propriedades já cadastradas.

Detectou-se ainda que existem imensos vazios que não foram contemplados pelo CAR. Entretanto, não é possível concluir se estes cadastros ainda não foram realizados, ou se trata de terras devolutas, uma vez que o prazo para realização do mesmo se estendeu até final do ano de 2017.

A lista apresentada abaixo corresponde aos dados extraídos do CAR – Cadastro Ambiental Rural, até a data de 01 de dezembro de 2016.

Tabela 11 – Levantamento fundiário da área de estudo.

Proprietários	Área propriedade	Situação do imóvel nos limites da proposta UC	Município
TEOFILO JOSE FRANCISCO DE SOUZA	38,16	Parcial	Rio Preto
JOSÉ DA SILVA GOVEIA	94,54	Parcial	Rio Preto
ANTONIO MINERVINO DE SOUZA	59,82	Parcial	Rio Preto
VALTENCYR PINTO	23,11	Parcial	Rio Preto
JOSE DE PAIVA DIAS	47,86	Integral	Rio Preto
CAMILA CARMEM DE JESUS E HERDEIRO	323,34	Parcial	Rio Preto
SEBASTIÃO MARCIO DE ALMEIDA	20,54	Parcial	Rio Preto
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA HONORIO	24,78	Parcial	Rio Preto
ILEIA HONORIO DE PAULA PEREIRA	23,58	Parcial	Rio Preto
ELIZA HONORIO DE ANDRADE	35,30	Parcial	Rio Preto
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA HONORIO	40,56	Parcial	Rio Preto
JÚLIO CÉSAR DE LIMA MARIA	83,72	Parcial	Rio Preto
MARIA DO CARMO GOMES DE PAIVA	37,76	Parcial	Rio Preto
ALMERINDA MARIA DE PAIVA MOREIRA	28,43	Parcial	Rio Preto
JOSÉ ITAMAR ROQUE	190,9	Parcial	Rio Preto
JOSE ROQUE DAMASCENO FILHO	135,88	Parcial	Rio Preto
ROBERTO OLIMPIO DE SOUZA	61,37	Parcial	Rio Preto
MARIA DO CARMO GOMES DE PAIVA	64,53	Parcial	Rio Preto
JOSE ROQUE DAMASCENO FILHO	36,21	Parcial	Rio Preto
MANOEL MACHADO GOMES	89,86	Parcial	Rio Preto
ADAIR MOREIRA DE ALMEIDA	134,41	Parcial	Rio Preto
JOSÉ GERALDO DA CUNHA	17,44	Parcial	Santa Barbara do Monte Verde
JOSE CARLOS FIGUEIREDO	27,54	Parcial	Santa Barbara do Monte Verde
LUIS EDUARDO CASTRO LIMA PEREIRA	387,20	Parcial	Santa Barbara do Monte Verde
RENATO MARCIANO NACARATE	21,98	Parcial	Santa Barbara do Monte Verde
JOSÉ GERALDO NACARATE E OUTROS	180,67	Parcial	Santa Barbara do Monte Verde
GERALDO FATIMO SOUZA DAMASCENO	6,1433	Parcial	Santa Barbara do Monte Verde
MÁRCIA CRISTINA NACARATE MACHADO	26,53	Parcial	Santa Barbara do Monte Verde
EDIO DINIZ FERREIRA	375,919	Parcial	Santa Barbara do Monte Verde
LUIZ FERNANDO NACARATE	29,06	Parcial	Santa Barbara do Monte Verde
ALCEBIADES CARLOS DA CRUZ	2451,10	Parcial	Santa Barbara do Monte Verde
NELSON JOÃO MULLER	188,98	Integral	Santa Barbara do Monte Verde
JUAREZ DE PAULA NOGUEIRA	79,34	Integral	Santa Barbara do Monte Verde
JAIR PEREIRA DE PAULA	46,17	Integral	Santa Barbara do Monte Verde
GERALDO MAGELA DE PAIVA	189,94	Parcial	Lima Duarte
SANDRA SOUZA DAMASCENO	527,80	Parcial	Lima Duarte
AMEDIO MOREIRA CAMPOS	305	Integral	Lima Duarte
JOÃO DE DEUS	16,9	Integral	Lima Duarte
ANDRELINA DE SOUZA	95,65	Parcial	Lima Duarte
PAULO JOSÉ MARQUES	15,19	Parcial	Lima Duarte
MARIA MARTINA DO CARMO DE DEUS	112,92	Integral	Lima Duarte
ALTAIR BATISTA NOGUEIRA	380,31	Parcial	Lima Duarte
RINALDO JOSE DE PAULA	109,63	Integral	Olaria
LUIZ GONZAGA MOREIRA	81,08	Integral	Olaria
MANOEL RAFAEL DE DEUS	238,97	Integral	Olaria
WALCY DUQUE DE MEDEIROS	35,18	Parcial	Olaria

MAGNO RODRIGUES MONTEIRO	81,61	Parcial	Olaria
MAGNO RODRIGUES MONTEIRO	27,10	Integral	Olaria
TEREZINHA EDIMAR DE CARVALHO	26,71	Integral	Olaria
TEREZINHA RAIMUNDA DIAS DE SOUZA	16,98	Parcial	Olaria
ANTONIO ARLINDO DIAS	106,48	Parcial	Olaria
TOTAL	7.800,182 ha		

10. INFLUÊNCIA ANTRÓPICA E PRESSÕES DE IMPACTO

O maciço de serras que constituem a área proposta para a criação da Unidade de Conservação e seu entorno apresenta um dos últimos blocos de florestas e ecossistemas associados da Mata Atlântica em alto grau de conservação, apresentando fortes belezas cênicas que por si já justificam os empenhos para implantação da UC. Contudo, vários impactos ambientais, atuais e tendentes, há de serem mitigados, tanto na área da futura UC, quanto em seu entorno imediato.

Um rol destas ameaças pontuais, algumas delas transgressoras da legislação ambiental vigente, foram verificadas nos vários trabalhos já realizados na região, dentre as quais destacamos as seguintes:

- Pecuária em regiões de campos naturais, localizados em solo formado por rochas quartzíticas, pobres em nutrientes;
- Queimadas dos campos naturais, na maioria das vezes para o manejo do solo visando o uso pecuário;
- Captura de pássaros, principalmente o Trinca-ferro, para venda em grandes centros urbanos;
- Invasão biológica, trazendo prejuízos ao ambiente devido à instalação e dispersão de espécies exóticas (*Capim-gordura*, *Brachiaria*);
- Mineração de areia nas encostas da Serra, bem como a extração de cascalho, causando impactos no solo, assoreamento de rios e córregos, além do grande impacto visual.
- Supressão de vegetação florestal e colheita de madeira em diversas localidades, sendo a Candeia a espécie mais explorada;
- Coleta de Líquens, Orquídeas, Bromélias e Velosiáceas, para utilização em paisagismos, jardins, e comércio para os grandes centros urbanos;
- Turismo desordenado, o qual é bastante preocupante do ponto de vista ambiental, causando pisoteio na vegetação, abertura de novos caminhos e trilhas, utilização de fogueiras, acúmulo e disposição inadequada de detritos e outros resíduos (lixo), etc;
- Caça de animais silvestres;
- Coleta ilegal de Palmito-jussara (*Euterpe edulis*);
- Abertura de novas áreas para a agropecuária;

- Presença cada vez maior de motociclistas, causando abertura de trilhas em locais inadequados, possibilitando a ocorrência de erosão do solo;

Cabe destacar a preocupação de vários proprietários, os quais mantêm vigilância constante visando coibir os atos ilegais que lesam a natureza. Neste sentido torna-se essencial a efetiva criação da Unidade de Conservação, culminando posteriormente em sua implantação, e contribuindo para fomentar atividades de educação, informação e fiscalização na área.

Segue abaixo fotos de algumas atividades que prejudicam a preservação dos recursos naturais na Serra Negra da Mantiqueira.



Figura 118. Criação de gado no alto da Serra Negra da Mantiqueira. Foto: Lúcio Lima.



Figura 119. Mula solta no topo da Serra Negra da Mantiqueira (1.646 m). Foto: Lúcio Lima.



Figura 120. Extração ilegal de candeia. Foto: Lúcio Lima.



Figura 121. Vestígios de queimada no topo da Serra Negra da Mantiqueira. Foto: Lúcio Lima.

Foram identificados inúmeros impactos ambientais dentro da área de estudo, sendo a maioria deles decorrente do histórico de ocupação da área ou das práticas impostas no uso do solo. Alguns impactos visuais também foram identificados. Destaca-se aqui aqueles considerados mais relevantes na região de estudo:

Pecuária

Atualmente, grande parte da área da Serra Negra, principalmente nas localidades mais baixas da serra, são utilizadas para implantação da pecuária extensiva, tendo como principal alimento para o gado a vegetação graminosa nativa. Os solos das serras da área de estudo, por serem provenientes de rochas quartzíticas, são pobres em nutrientes. Nestes locais, a vegetação presente é totalmente adaptada a viver em condições de grandes pressões naturais, tais como variações bruscas de temperatura, grande luminosidade, baixa disponibilidade de água, etc.

Neste sentido, o gado e as práticas de manejo de solo, neste intrincado sistema natural, assumem características degradantes. Aliado a este fato, a utilização do fogo para renovação de pastagens é constante em toda a região. Além disso, o pisoteio do gado forma várias trilhas, contribuindo para acelerar os processos erosivos.

O gado também influencia na modificação da florística, a partir do momento que contribui para a disseminação de espécies invasoras. Dentre elas, destaca-se uma espécie da família das margaridas, popularmente conhecida como “mata-pasto”. Estas espécies são consideradas agressivas na sua colonização, e impedem a ocupação pelas espécies nativas. Com isto, as áreas de pastagem entram em colapso, já que não mais atendem às exigências nutricionais do gado. Ressalta-se que estas plantas colonizam preferencialmente áreas degradadas. Este fato leva à necessidade de ampliação das pastagens, que posteriormente vão sendo implantadas sobre as áreas de nascentes, matas ciliares e outras áreas de campos gramíneos.

Neste processo, o solo torna-se mais exposto, a erosão aumenta, e a disponibilidade e qualidade da água para a população bem como para atividades econômico-industriais diminui, causando prejuízos tanto do ponto de vista ambiental quanto social.

Queimadas

Nas épocas mais secas do ano, entre os meses de junho e setembro, vários focos de incêndio são observados em toda a região, promovidos por tradicionais práticas de manejo do solo, ou mesmo por simples ações criminosas. A ação do fogo, paulatinamente, contribui para a diminuição na disponibilidade de alimento e abrigo para a fauna nativa, mineraliza os nutrientes, e, conseqüentemente, diminui a fertilidade do solo, elimina a cobertura vegetal propiciando aumento da erosão e permitindo a instalação de plantas invasoras, diminui a porosidade e permeabilidade do solo e conseqüentemente diminui a disponibilidade de água para a biota, contribuindo para diminuir a diversidade biológica, entre outros fatores.

Espécies invasoras

Apesar da Serra Negra estar relativamente bem conservada, ainda assim apresenta algumas áreas degradadas causadas pelas práticas de alteração do uso do solo. Essas áreas degradadas abrem caminho para o estabelecimento de inúmeras plantas invasoras, as quais rapidamente colonizam o ambiente e não permitem que as espécies nativas se estabeleçam.

Dentre as espécies invasoras que ocorrem na área de estudo, destacam-se 03 (três) espécies que são importantes indicadoras de áreas degradadas para essa Serra Negra: *Baccharis trinervis* e *Vernonia platensis* (Asteraceae) e *Spermacoce verticillata* (Rubiaceae). Estas espécies são levadas principalmente pelo gado e por veículos. Devido às suas múltiplas e eficientes estratégias de dispersão e colonização, estas espécies ocupam ambientes degradados e estão ampliando sua área de ocupação de forma bastante rápida.

Supressão de vegetação nativa

O corte seletivo de madeira pode ser observado em vários pontos das áreas visitadas. Dentre as diversas espécies madeireiras extraídas, a Candeia é a que mais se destaca. A extração de Candeia pode ser observada em vários pontos da área de estudo e caminhões carregados de toras já foram vistos saindo da Serra Negra. Nas áreas estudadas foram encontrados poucos candeais em bom estado de conservação, evidenciado pela grande ocupação por outros elementos arbóreos.

A extração de elementos arbóreos pode acarretar nos seguintes impactos: diminuição da biodiversidade, assoreamento de rios e cursos d'água, diminuição dos níveis de água no lençol freático e também nos cursos d'água.

Coleta de plantas nativas

A coleta de plantas nativas é algo que pode ser constatado com alguma frequência na área de estudo. Esta atividade tem aumentado significativamente por não haver controle e fiscalização quanto às pessoas que frequentam a Serra Negra. As principais espécies coletadas são pertencentes às famílias Orchidaceae, Velloziaceae e Bromeliaceae, as quais são levadas vivas para a ornamentação em vasos, jardins e decoração de interiores. Estas plantas têm desenvolvimento lento, sendo, portanto, de difícil reposição no ambiente. Além disso, estas famílias de plantas apresentam características ecológicas muito relevantes para o equilíbrio do ambiente. Registra-se

também a coleta de uma espécie ameaçada de extinção de Palmito (*Euterpe edulis*), situação que ocorre com bastante frequência na região.

Turismo desordenado

O turismo desordenado e não controlado na Serra Negra é bastante preocupante sob o ponto de vista ambiental. Além do pisoteio na vegetação ciliar, muitos visitantes utilizam espécies nativas para fazer fogueiras, suprimindo importantes espécimes da vegetação local e pondo em risco toda a biota devido ao potencial acidente com incêndios.

Além disso, o lixo usualmente deixado pelos visitantes compromete a integridade da biota, além de ser potencialmente um veículo de acidentes e de foco de doenças para os próprios usuários, bem como para a fauna silvestre. Sob o ponto de vista do impacto visual, vários afloramentos rochosos e lapas são pichados, deixando marcas muitas vezes irreversíveis. Trilhas e caminhos abertos por motos e outros veículos, além de comprometerem a fauna e flora, podem iniciar processos erosivos de grande relevância.

Garimpo

Em algumas áreas de solo exposto ocorre extração de cascalho, o qual é destinado à construção civil e pavimentação de estradas. Já a areia é extraída diretamente dos cursos d'águas, dos terraços aluviais ou de barrancos. Esta atividade pode causar assoreamento, erosão e principalmente eliminação da vegetação ciliar.

Pontas de rochas de quartzito também são extraídas e comercializadas em grandes centros, sendo que os líquens presentes nestas pedras são o motivo principal desta ação, pois apresentam as mais variadas cores com tons chamativos, servindo de adorno para jardins e paisagismos.

Monocultivo de Eucalipto

A silvicultura de Eucalipto em ampla escala é um fator preocupante na região da Serra Negra. A evolução dos plantios tende a atingir áreas cada vez mais altas da Serra e já dizimaram centenas de hectares de candeais nativos. A localidade de maior preocupação está na região nordeste da área proposta para criação do PE Serra Negra da Mantiqueira (Figura 122).

Os limites propostos asseguram a compatibilização da atividade da silvicultura e da preservação dos ambientes naturais por constituir instrumento de ordenamento do

território. O projeto minimiza os danos econômicos dos plantios já realizados, mas impede espacialmente do avanço contra a área mais preservada da Serra Negra.

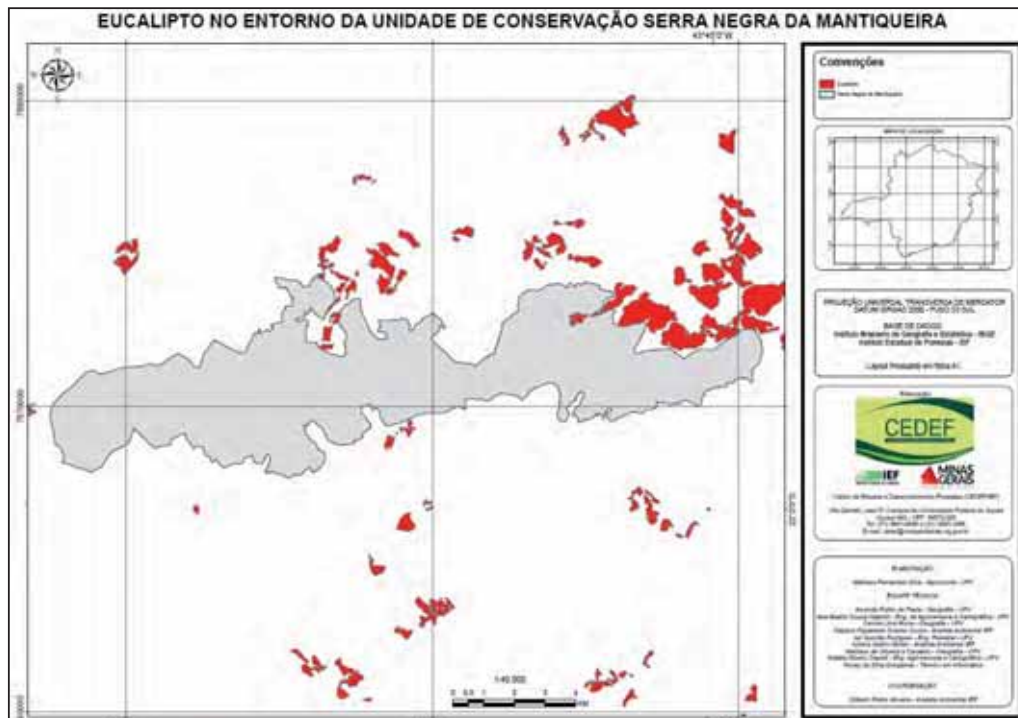


Figura 122. Mapa do limite proposto para o PESNM e os plantios de eucalipto existentes em seu entorno.

Manutenção e abertura de trilhas

A abertura e manutenção de trilhas e estradas também vem causando impactos, tais como erosão nas margens das estradas, estabelecimento de voçorocas, assoreamento de nascentes e cursos d'água, diminuição da cobertura vegetal, introdução de plantas invasoras, modificação das características físico-químicas do solo do entorno, dentre outros.

Muitas das trilhas existentes estão em processo de expansão em consequência das atividades humanas. Esporte utilizando motos, jipes ou outros veículos automotores são os principais responsáveis por este impacto, provocando a desestruturação e escavamento do solo, possibilitando o início de voçorocas.

11. AVALIAÇÃO DE PRIORIDADES PARA A CONSERVAÇÃO

A região proposta para a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira sempre esteve representada nas áreas classificadas como prioritárias para pesquisa e conservação da biodiversidade no Brasil e em Minas Gerais.

No primeiro mapa brasileiro de áreas prioritárias, com o título de “**Áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira**”, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, publicado em 2003 com dados consumados em 1999, a área proposta para a criação da UC está inserida na região delimitada e nomeada de “**MA692-Serra da Mantiqueira**”, distinta da região também prioritária a “**MA656-Ibitipoca**”, conforme pode-se verificar na imagem abaixo e *link* apresentados abaixo.

(<http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/arquivos/maparea.pdf>)

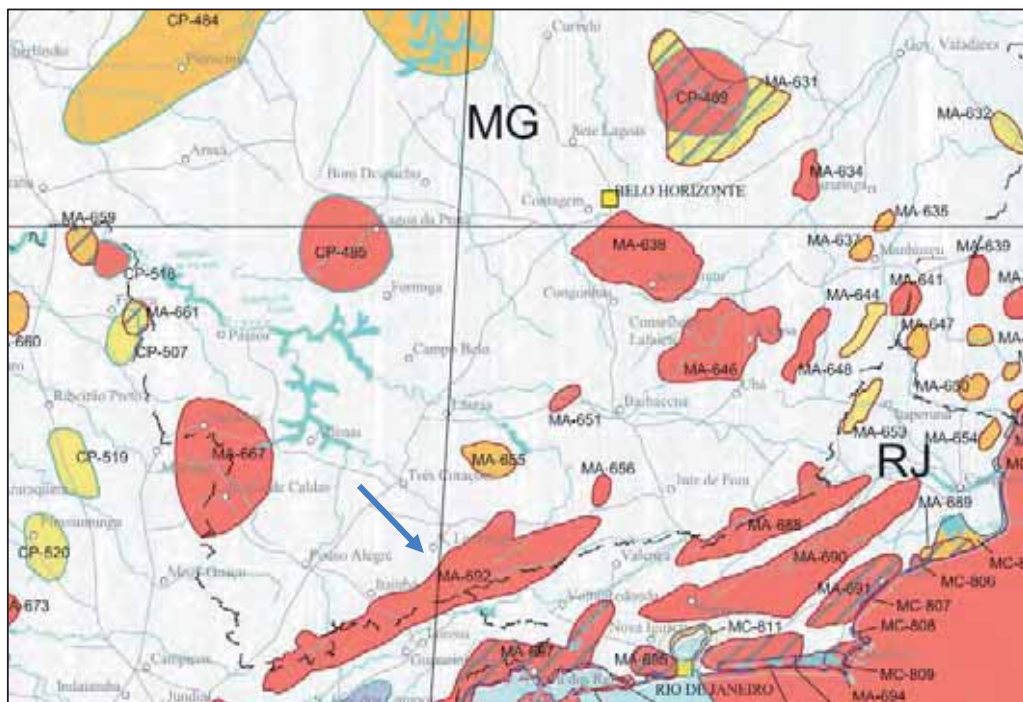


Figura 123. Mapa “Áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira”. SBF/MMA (2003).

Na atualização, pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (SBF/MMA), o mapa publicado em setembro de 2007, em sua versão 2.2. sob o título “**Áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira**”, a região proposta para a criação do PESNM

está centrada na região “**Ma279 Rio Preto (MG)**”, classificada como de **importância biológica extremamente alta e com prioridade de ação muito alta** (Figura 124).

Cabe ressaltar também a presença da região identificada como “**Ma295 Entorno do PARES Ibitipoca**”, com a mesma classificação. Nota-se que a atualização distinguiu a região de Rio Preto, incluindo a Serra Negra e seus municípios adjacentes, da região anteriormente denominada Serra da Mantiqueira, muito em função da exclusão das Unidades de Conservação já consolidadas, como por exemplo a APA Federal da Serra da Mantiqueira e do Parque Estadual do Ibitipoca.

A atualização do referido mapa pode ser acessada pelo link (http://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2012/08/areas_prioritarias_mar07_v21.pdf) e é apresentada na imagem abaixo.

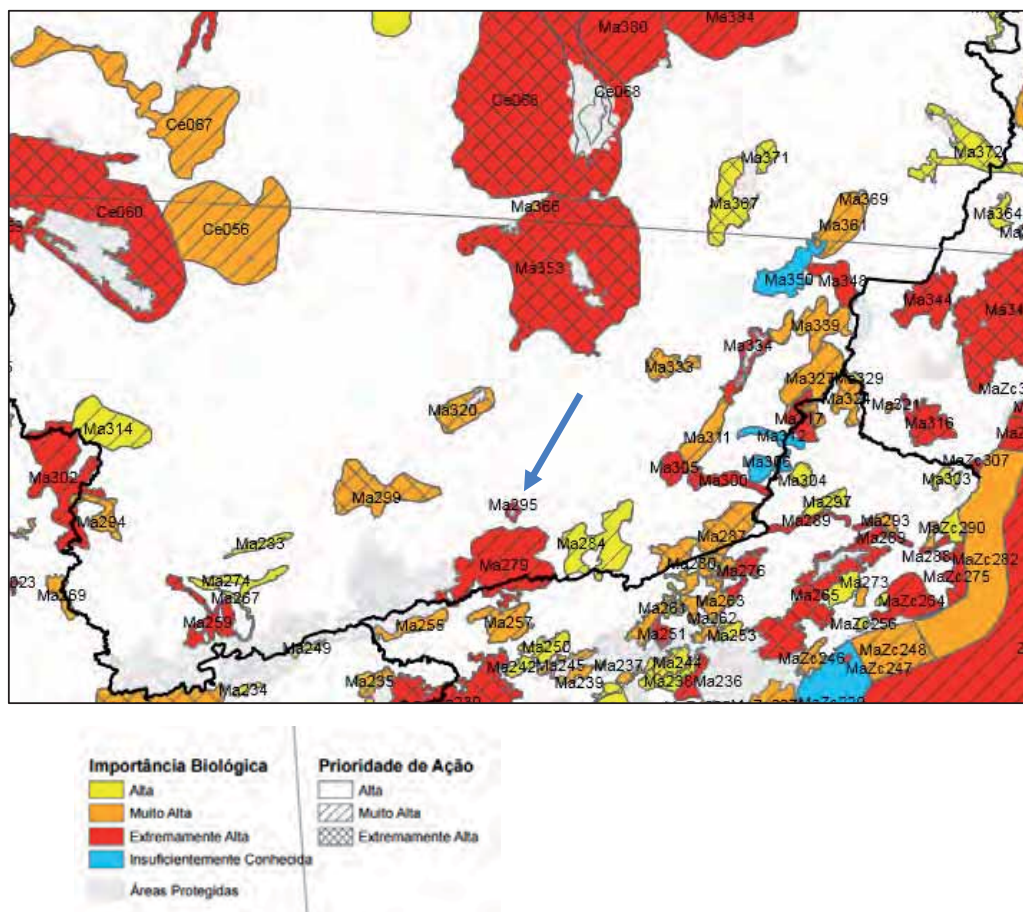


Figura 124. Mapa “Áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira”. SBF/MMA (2007).

O Estado de Minas Gerais possui seus mapas de áreas prioritárias para conservação publicados pela Fundação Biodiversitas, consolidados nos trabalhos de Costa *et al.* (1998) e Drummond *et al.* (2005). De acordo com Menini Neto *et al.* (2009), a Serra Negra, componente do complexo serrano da Mantiqueira, está desde Costa *et al.* (1998) incluída no mapa de áreas prioritárias em Minas Gerais na região denominada Bom Jardim. Esta região é formada por um complexo de serras que se estende desde Bom Jardim de Minas, a oeste, até Santa Bárbara do Monte Verde, com **alta prioridade para a conservação da flora** de Minas Gerais.

No mapa de 1998, era recomendada a investigação científica em forma de inventários, devido à alta diversidade e ao baixo conhecimento científico da área. Na avaliação de Drummond *et al.* (2005), a região de Bom Jardim já indica a alta diversidade de espécies de Campos Rupestres, ameaçados pela agricultura e pecuária, barramento, extração de madeira e turismo desordenado, sendo indicado a implantação de Unidades de Conservação. Nota-se, portanto, uma evolução na classificação mineira que a região consolida no meio científico com a necessidade de criação de Unidades de Conservação.

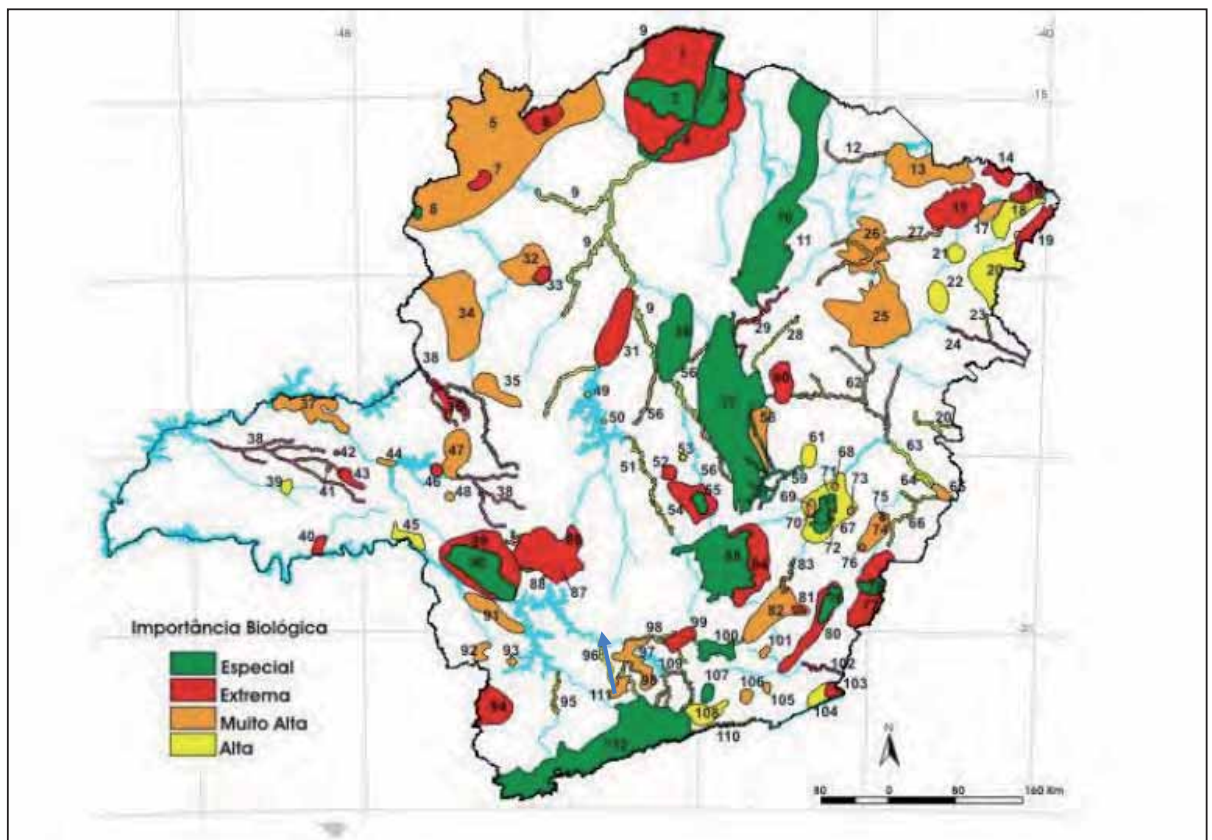


Figura 125. Mapa síntese do Atlas para Conservação - Fundação Biodiversitas. Fonte: (Drummond *et al.*, 2005).

12. CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A criação de espaços territoriais especialmente protegidos ainda é considerada por muitos especialistas uma das estratégias mais eficazes para a conservação dos recursos naturais, culturais ou históricos.

O histórico da conservação no Estado de Minas Gerais se inicia em 1944 com a criação do Parque Estadual do Rio Doce, na região do Vale do Rio Doce, em paralelo à evolução do conceito de conservação “*in-situ*” no Brasil, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia, no Rio de Janeiro em 1937 (RYLANDS, 2005).

Até a publicação da Lei Federal nº 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, as UC’s eram criadas com a base legal instituída na Constituição Federal, Código Florestal e legislações estaduais (RYLANDS, 2005). Com o advento do SNUC, a criação de Unidade de Conservação passa a ser baseada em critérios legais mais definidos e consubstanciados, tornando o processo cada vez mais transparente e participativo.

Neste sentido, buscou-se regulamentar a criação destes espaços naturais, tanto em âmbito federal quanto no âmbito estadual. Conforme já mencionado neste documento, a Lei Federal nº 9.985/00 e o Decreto Federal nº 4.340/02 buscaram trazer dispositivos para orientar o processo de criação e gestão das Unidades de Conservação. Seguindo os aspectos previstos na legislação federal, a Lei Estadual nº 20.922/13 traz alguns novos dispositivos. Seguem abaixo os principais aspectos relacionados à criação de UCs estabelecidos pela legislação vigente.

Lei Federal nº 9.985/00

Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público

...

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§ 3º No processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.

Decreto Federal nº 4.340/02

Art. 2º O ato de criação de uma unidade de conservação deve indicar:

I - a denominação, a categoria de manejo, os objetivos, os limites, a área da unidade e o órgão responsável por sua administração;

II - a população tradicional beneficiária, no caso das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável;

III - a população tradicional residente, quando couber, no caso das Florestas Nacionais, Florestas Estaduais ou Florestas Municipais; e

IV - as atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional envolvidas.

Art. 3º A denominação de cada unidade de conservação deverá basear-se, preferencialmente, na sua característica natural mais significativa, ou na sua denominação mais antiga, dando-se prioridade, neste último caso, às designações indígenas ancestrais.

Art. 4º Compete ao órgão executor proponente de nova unidade de conservação elaborar os estudos técnicos preliminares e realizar, quando for o caso, a consulta pública e os demais procedimentos administrativos necessários à criação da unidade.

Art. 5º A consulta pública para a criação de unidade de conservação tem a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade.

§ 1º A consulta consiste em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, outras formas de oitiva da população local e de outras partes interessadas.

§ 2º No processo de consulta pública, o órgão executor competente deve indicar, de modo claro e em linguagem acessível, as implicações para a população residente no interior e no entorno da unidade proposta.

Lei Estadual nº 20.922/13

Art. 44. As Unidades de Conservação são criadas por ato do poder público.

§ 1º O ato de criação de Unidade de Conservação estabelecerá as regras de transição para o uso dos recursos naturais da área demarcada, válidas até a aprovação do plano de manejo (grifo nosso).

§ 2º A criação de Unidade de Conservação será precedida de estudos técnicos, na forma do regulamento, e de processo consultivo, que orientem o poder público na definição:

I – da categoria de manejo;

II – da localização, da dimensão e dos limites da Unidade de Conservação;

III – das regras de transição a que se refere o § 1º.

§ 3º No processo consultivo a que se refere o caput do § 2º, o poder público fornecerá informações adequadas à compreensão da população local e outros interessados e discutirá as definições de que tratam os incisos I a IV do mesmo parágrafo, por meio de:

I – consulta pública por prazo mínimo de quarenta e cinco dias (grifo nosso);

II – ampla divulgação da proposta de criação da Unidade de Conservação e do cronograma do processo de consulta;

III – uma ou mais reuniões públicas por município afetado (grifo nosso).

Conforme destacado acima, verifica-se que a Lei Estadual nº 20.922/13 trouxe algumas inovações em relação à legislação federal, especialmente no que diz respeito à necessidade de estabelecer regras de transição para as áreas inseridas no interior das Unidades de Conservação, as quais serão válidas até que seja elaborado o plano de manejo da futura UC. Além disso, a lei estadual também definiu um prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias para realização do processo de consulta pública, e ainda estabeleceu a necessidade de realização de pelo menos 01 (uma) audiência/reunião pública em cada um dos municípios, algo que ainda não estava previsto na legislação federal, e que visa conferir mais transparência e participação da população nos processos de criação de UC's. Especificamente para a região da Serra Negra, é importante observar que os interesses de conservação desta área já datavam da década de 60, como pode-se observar em documentos da época, que já indicavam a necessidade de criação de um "Parque Florestal" para evitar os impactos negativos sobre os recursos naturais associados à serra.

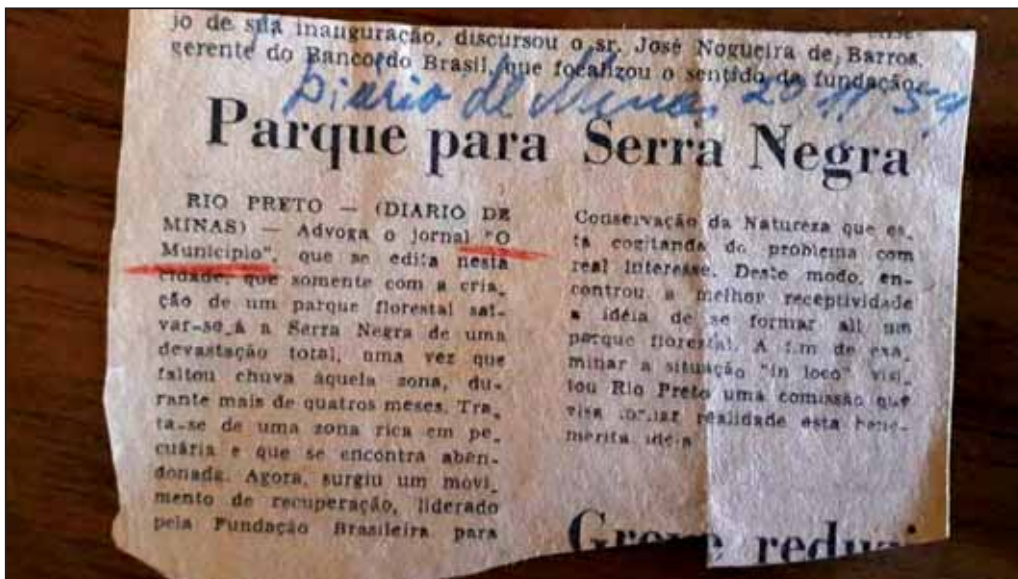


Figura 127. Recorte do "Diário de Minas", datado de 20 de novembro de 1959, o qual já fazia menção à necessidade de preservação da Serra Negra.

Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

Com a visita ao município de Rio Preto, da ilustre Comissão de Naturalistas do Museu Nacional, composta dentre outros dos srs. professores Dr. Harold Strang, Fuad Atala, Alberto Castelhanos, conduzidos pelo nosso conterrâneo sr. Helio Paiva, em outubro do ano findo, deixaram lançada a semente para a «FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA» atuar em Rio Preto.

Dentre os lugares visitados, despertou maior atenção o Chapadão da Serra Negra situado em terras da Fazenda «Pinheiros» de propriedade do sr. Ary de Almeida Campos.

O ambiente paisagístico ainda conserva o legado da flora, e, naturalmente da fauna original, restante do retrato do que lóra outrora as reservas naturais dêste rincão.

Cogitando-se seriamente de se estabelecer o «Parque da Serra Negra», estimulados pelo eng^o. agrônomo Dr. Harold Strang, encarregado geral do Centro de Pesquisas Florestais e de Conservação da Natureza e membro do Conselho Florestal Federal, vimos convidar o distinto amigo, como elemento sabidamente apreciador da natureza, quer como caçador, quer como vinculado à terra e as suas belezas naturais, para uma reunião no próximo dia 1 de maio, às 14 horas, no salão da Câmara Municipal.

Contando com a sua presença e solidariedade, receba atenciosas saudações da Comissão:

*Juracy de Almeida Campos
Antonio Carlos Sousa Lima
Guilherme Furtado Portugal
Julio Souza Lima
Antonio Goncalves Ferreira*

Rio Preto, 25 de abril de 1960.

Figura 128. Documento datado de 25 de abril de 1960, o qual já fazia menção ao estabelecimento do "Parque da Serra Negra".

Durante a elaboração da proposta de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, foram realizadas inúmeras ações, como por exemplo o levantamento de dados secundários e pesquisas já realizadas na área de abrangência da Serra Negra; a realização de inúmeras vistorias de campo com o intuito de se levantar informações primárias relativas à biodiversidade local, aspectos socioculturais, comunidades localizadas no entorno da área proposta para a criação da UC, e a situação fundiária da área, dentre outras informações relevantes para compor o processo.

As informações levantadas foram obtidas com a participação de diversas instituições parceiras, todas imbuídas com o objetivo de reconhecimento pelo Estado da Serra Negra como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Uma das ações realizadas durante este processo, a qual merece destaque, foi a realização de 04 (quatro) reuniões (DIPUC) com as principais comunidades localizadas no entorno a área proposta para a criação da UC, sendo elas as comunidades de Funil (Rio Preto), Três Cruzes (Santa Bárbara do Monte Verde), Voltas e Serra Negra (Olaria) e São Sebastião do Monte Verde (Lima Duarte).

O DIPUC é um Diagnóstico Participativo em Unidades de Conservação, que tem como objetivo levantar e analisar informações para dar suporte ao planejamento das UCs, preparando as equipes para a gestão participativa de cada unidade e para trabalhos a serem realizados com as comunidades de entorno, contribuindo de forma significativa para a motivação e o envolvimento dos funcionários das UC's.

Por ser um método fundamentado no enfoque participativo visando analisar a realidade das UC's por meio de um processo de aprendizagem compartilhada, o DIPUC baseia-se em experiências anteriores que obtiveram resultados positivos, e, através do Instituto Estadual de Florestas, vem investindo na implementação destas ações em outras UC's sob sua jurisdição.

Considerando que o DIPUC visa subsidiar o planejamento de uma UC e de atividades relacionadas à conservação ambiental do entorno, faz-se necessário sua implantação em etapas, onde busca-se a sistematização e análise dos dados levantados, monitoramento e avaliação dos avanços obtidos, em função do processo participativo.

No processo de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, o DIPUC foi coordenado por Infaide Patrícia do Espírito Santo e Rosimeire Belcavelo, e teve como objetivo conhecer e identificar as atividades desenvolvidas por comunidades localizadas no entorno das UC, avaliar as impressões destas comunidades sobre a proposta de criação do parque, e apresentar de forma clara os trâmites deste processo e suas implicações futuras. Seguem abaixo as principais informações colhidas nas 04 (reuniões) realizadas entre os anos de 2015 e 2016:

29/09/15 – Comunidade de São Sebastião do Monte Verde - Lima Duarte

A reunião teve início às 14:30, com a fala do Prefeito de Lima Duarte, senhor Arzencler Geraldino, esclarecendo sobre a possível criação de uma UC, e que este processo não visa a saída dos produtores de suas terras produtivas. Posteriormente, Henrique Delgado, Secretário de Turismo e Cultura, apresentou a proposta de criação da nova Unidade de Conservação.

Em seguida, Infaide Patrícia (IEF/Belo Horizonte) fez a apresentação do DIPUC, explicando a metodologia e seus objetivos, sendo neste momento escolhida a elaboração do “mapa falado”, com a participação dos presentes.

Durante o processo, observou-se que a comunidade mostrou ser bastante favorável à proposta de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, sendo muito participativa durante toda a elaboração do “mapa falado”, contribuindo com informações de grande valor para dar robustez ao processo.

Manifestações da comunidade:

O senhor Altair fez referência da existência de “panelas” formadas por um curso d’água que perpassa por sua propriedade. É um morador que possui muitas estórias da região para compartilhar com os interessados.

A senhora Sandra, dona de uma RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural, informou que o Córrego Grande passa por sua propriedade, e demonstrou grande interesse na criação da nova Unidade de Conservação, e como se dispôs a contribuir com o processo. Além disso, Sandra deu destaque à importância de trabalhar ações voltadas para a educação ambiental.

Lúcio Lima, novo proprietário de terras na região, se dispôs a participar e ajudar nos trabalhos a serem realizados visando a criação da nova UC. Vale ressaltar que Lúcio é biólogo e já desenvolveu pesquisas dentro do Parque Estadual do Ibitipoca.

O sócio e irmão do Lúcio, o senhor Leonardo Lima, ressaltou sobre a importância de respeitar as tradições e saberes locais.

Dona Glória se mostrou preocupada com a preservação das águas e por isto está de acordo com a criação do PESNM.

O prefeito Arzenclever ressaltou sobre a importância de que todo o processo seja bem articulado, para que futuramente não venham ocorrer alguns problemas que atualmente são encontrados na comunidade de Conceição de Ibitipoca, com por exemplo a falta de serviços públicos.

O morador Diogo do Amaral Jorge mostrou preocupação com as matas ciliares, as quais atualmente encontram-se quase inexistentes. Propôs que o órgão competente elaborasse um plano de ação de recomposição destes fragmentos de vegetação ciliar.

Sandra ressaltou a coleta do lixo na comunidade iniciou-se recentemente, e que é fundamental este processo permaneça.

João Carlos Lima de Oliveira (IEF / Gerente do Parque Estadual do Ibitipoca) enfatizou e agradeceu a efetiva participação de todos, ressaltando sobre a importância desta participação no processo de criação do PESNM.

Algumas situações relevantes e problemas corriqueiros que ocorrem na região também ressaltados pelos moradores:

- Existência de trilha de moto: Atualmente a trilha encontra-se interditada pelos próprios moradores (foi informado que os motoqueiros jogam cigarro, lixo, restos de comida, sacolas, dentre outros).

- Existência de caça na região.
- Extração de Candeia – Segundo alguns moradores esta prática já ocorreu anteriormente, mas atualmente não ocorre mais.
- Registro de animais: Onça, Sauá, Tatu, Irara, Lobo-Guará, Lontra, Jacu, Canário-da-Terra, Tucano, Catitu, Tamanduá, Paca, Cutia.

Na avaliação final feita pelos participantes, todos se mostraram favoráveis com a criação da Unidade de Conservação.



Figura 129. DIPUC realizado na comunidade de São Sebastião do Monte Verde - município de Lima Duarte.

30/09/2015 – Comunidades de Criciúmas, com participação de moradores das comunidades de Voltas e Serra Negra – Olaria.

A reunião teve início às 14:30, com a fala do prefeito de Olaria, o senhor Ronaldo Alves. Ele ressaltou a beleza local e a possibilidade de desenvolvimento e investimentos futuros para a região, os quais podem ser desencadeados com a criação do PESNM. Ronaldo destacou a importância da participação efetiva e envolvimento das comunidades durante o processo de criação da UC, pois vê que este momento é de grande importância para todos. Ressaltou ainda que a Serra Negra possui várias nascentes, sendo um dos motivos para sua preservação. Ronaldo demonstrou grande interesse na criação da UC, colocando-se sempre à disposição para poder auxiliar no processo. Explicou ainda que a proposta não é tirar área produtiva de nenhum morador das comunidades, e sim de promover a conservação de uma área que já não pode ser alterada devido às suas características ambientais, por possuir vegetação nativa, etc.

Tales Antônio da Fonseca (Analista Ambiental - IEF/Agência de Lima Duarte) ressaltou que a criação da UC pode trazer grandes oportunidades para as comunidades e região, e enxerga este processo como uma “mola propulsora” para o desenvolvimento. Tales disse ainda que há empresários interessados em adquirir propriedades no interior da área proposta para a criação da UC, para serem posteriormente doadas ao Estado como formas de compensação (Mata Atlântica).

Márcio Lucinda se apresentou como empresário do ramo do turismo. Falou que já atua na região da Serra Negra e ressaltou sobre a geração de recursos que está aliada às atividades de turismo, mesmo que ainda seja pouco explorado na região. Márcio apresentou a proposta de criação da Unidade de Conservação com várias fotos da região e com os limites preliminares da futura UC.

Em seguida, Infaide Patrícia fez a apresentação explicando o que é o DIPUC e quais são seus objetivos. Explicou o que é uma Unidade de Conservação, deixando bem claro os propósitos para se criar uma UC. Após sua explanação, foi apresentado o mapa com os limites preliminares da futura unidade, e os presentes foram convidados para se situarem em relação ao “mapa falado”. A participação de todos foi grande, mostrando bastante interesse na criação da UC.

Rinaldo, proprietário local e vereador de Olaria, demonstrou insegurança em relação ao processo de criação da UC, pois já desenvolve atividades de pecuária. Entretanto, Rinaldo manifestou que não se importa de vender a propriedade, se for este o caso, ou parcela de suas terras, desde que possa permanecer no local onde sua atividade (pecuária) já está implantada.

Durante a elaboração do “mapa falado” foi indicada uma trilha, conhecida como “trilha do Marciano”, a qual é uma passagem utilizada por motoqueiros e cavaleiros.

Alguns relatos de animais presentes na região foram feitos, destacando-se os seguintes: Bugio, Sauá, Lobo-Guará, Onça, Mico, Tatu, Tucano, Jacu, Canário-da-terra, Cascavel. As espécies da flora mais ressaltadas foram a Candeia, Sucupira, Murici, Canjerana e o Angicão.

Não foi possível realizar uma avaliação final devido à chuva que ocorreu no final da reunião. Entretanto, durante a elaboração do “mapa falado”, a equipe do IEF teve a oportunidade de conversar com os participantes e constatar que a proposta de criação da UC é bem aceita pelos proprietários.



Figura 130. DIPUC realizado na comunidade de Criciúmas - município de Olaria.



Figura 131. DIPUC realizado na comunidade de Criciúmas, com participação de moradores das comunidades de Voltas e Serra Negra – Olaria.

06/04/2016 – Comunidades Funil – Rio Preto.

O DIPUC realizado na comunidade de Funil iniciou-se com a apresentação sobre a importância da Serra Negra, e os aspectos relacionados ao processo de criação das Unidades de Conservação. As apresentações e os esclarecimentos foram realizados por Márcio Lucinda (Turismólogo com atuação na região), Arthur Valente (Analista Ambiental IEF/Juiz de Fora) e Paulo Scheid (Analista Ambiental IEF/Gerente de Criação e Implantação de Áreas Protegidas).

Seguem abaixo algumas das principais questões levantadas pelos participantes da reunião:

- Crédito de carbono pode retornar para o proprietário depois de criada a UC?
- Turismo não garante proteção, ao contrário, pode trazer mais problemas e degradação;
- Não existe desmatamento na região;

- Foi perguntando se alguém do município de Rio Preto está participando da proposta de criação da UC;
- Áreas particulares que possuem atrativos naturais e que já estão sendo exploradas pelos proprietários ficarão fora da área da UC;

O Sr. João destacou a importância da consulta às comunidades antes da criação da UC. Discorda da criação da UC na categoria Parque e prefere o incentivo à criação de RPPN's. Segundo o Sr. João, cabe à sociedade ajudar a preservar aquilo que é de sua propriedade. Ressaltou ainda a importância de que os proprietários diretamente afetados sejam devidamente informados quanto às restrições das áreas inseridas no interior da futura UC, bem como aqueles que estejam localizados em sua zona de amortecimento. O Sr. João disse ainda que, ao criar a unidade, o Estado passa a ter despesas com estrutura e funcionários. Já a administração das RPPN's é de responsabilidade dos proprietários, e o recurso proveniente do turismo fica com os proprietários.

Durante a reunião foi sugerido que se mobilizasse recursos do Estado para georreferenciamento de áreas para criação de RPPN's.

O Sr. Wilson manifestou-se dizendo que não vê benefícios para a comunidade com a criação do parque.

O Sr. Paulo Coelho manifestou-se com preocupação em relação à proposta de criação do parque. Entretanto, ele ressaltou que caso a criação da UC seja benéfica para quem tem propriedades dentro da área do Parque, ele está de acordo.

O Sr. Júlio de Lima se manifestou no sentido de que a vocação da região é de preservar os recursos naturais. Ele apoia a criação da RPPN's, com o incentivo do Governo. Segundo Júlio, as RPPN's possuem um valor significativo em relação à conservação, causando menor impacto e degradação.

O Sr. Alex (presidente da Câmara de Vereadores de Rio Preto) se manifestou no sentido de que o apoio da Câmara é para que a proposta seja apresentada à comunidade, e ressaltou que não foi aprovado nenhum projeto de criação de UC na Câmara de Vereadores.

O Sr. Henrique se manifestou no sentido de que a comunidade precisa se unir para reivindicar melhorias.

A Sra. Ana ressaltou a importância da união da comunidade, no sentido de se tomar a decisão de apoiar a criação do parque ou de RPPN's. Destacou ainda que o turismo já ocorre na região.



Figura 132. DIPUC realizado na comunidade do Funil – município de Rio Preto.

07/04/16 – Comunidade de Três Cruzes – Santa Bárbara do Monte Verde.

O DIPUC realizado na comunidade de Três Cruzes iniciou-se com a apresentação sobre a importância da Serra Negra, e os aspectos relacionados ao processo de criação das Unidades de Conservação. As apresentações e os esclarecimentos foram realizados por Márcio Lucinda (Turismólogo com atuação na região), Arthur Valente (Analista

Ambiental IEF/Juiz de Fora) e Paulo Scheid (Analista Ambiental IEF/Gerente de Criação e Implantação de Áreas Protegidas).

Seguem abaixo algumas das principais questões levantadas pelos participantes da reunião:

Inicialmente, o presidente da Associação de Moradores da comunidade de Três Cruzes informou que alguns dos proprietários de terras na área da Serra Negra não estavam presentes. Ressaltou ainda que deveria ser esclarecido as implicações da criação de uma Unidade de Conservação, e se este processo poderá trazer problemas para os proprietários e para a comunidade.

O Sr. Paulo Nacarati se manifestou ressaltando que se a criação do parque não for prejudicial para os produtores rurais, será então um benefício para a comunidade. Destacou ainda que atualmente os produtores são muito prejudicados, não possuem nenhum benefício, e recebem multas frequentemente. Paulo Nacarati disse ainda que os produtores não possuem assistência, mas muita cobrança dos órgãos do Estado.

O Sr. Leonardo solicitou esclarecimentos a respeito das compensações que as empresas têm que fazer. Sugeriu ainda que os empreendedores compareçam às reuniões com a comunidade para prestar esclarecimentos a respeito destas compensações.

Foi mencionado por um dos participantes que a região de Ibitipoca está sendo devastada pelo turismo.

Outro participante indagou se as áreas de interesse para a efetiva implantação do parque serão adquiridas pelo Estado, e se as áreas forem realmente de interesse para o parque e se os proprietários não quiserem vender, indagou-se sobre a possibilidade de desapropriação a ser realizada pelo Estado.



Figura 133. DIPUC realizado na comunidade do Três Cruzes – município de Santa Bárbara do Monte Verde.

Ao final da realização das reuniões com as 04 (quatro) principais comunidades localizadas no entorno da área proposta para criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, confirmou-se a importância da participação destas comunidades no processo de criação da UC. Como se esperava, houveram muitas manifestações favoráveis à criação do parque, mas também houveram manifestações contrárias.

De toda forma, com a realização do processo de consulta pública, espera-se maior envolvimento dos proprietários de terras e das comunidades em questão, momento em que serão novamente apresentadas as justificativas para criação da UC, e abordadas as implicações para os proprietários de áreas no interior da futura UC, e para os moradores localizados nas mediações e entorno imediato.

13. JUSTIFICATIVAS PARA CRIAÇÃO DA UC

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os embasamentos que justifiquem a criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral na categoria “Parque”, numa região de excepcional relevância ambiental e cultural, estabelecendo as condições legais de proteção e conservação, possibilitando o resguardo desse patrimônio para os cidadãos, em especial para os moradores dos municípios de Rio Preto, Santa Bárbara do Monte Verde, Olaria e Lima Duarte, os quais poderão ser beneficiados com o desenvolvimento de um turismo de base local, verdadeiramente sustentável.

A proposta de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira tem como principal argumento a importância ambiental das áreas a serem inseridas em seus limites, e em particular, a importância da conservação e proteção de mananciais, existência de alta biodiversidade, alta presença de espécies endêmicas, raras e ameaças de extinção. Além disso, também destacam-se as características arqueológicas, espeleológicas, culturais e históricas que a região detém, bem como os atrativos e a vocação para alavancar o turismo regional.

Os três temas trabalhados, socioeconômico, físico e biológico, ressaltam a grande fragilidade desta região no que tange às características do solo, flora e fauna aí presentes, e, ao mesmo tempo, ressaltam a grande importância ambiental e econômica da mesma, indo desde o contexto local até o contexto mundial.

Várias atividades econômicas de grande escala estão presentes na região. Alguns desses empreendimentos são fato consumado e encontram-se totalmente legais perante a legislação nacional. A conservação dos recursos naturais torna-se, portanto, um fator prioritário para a região, a fim de dar continuidade aos processos ecológicos aí estabelecidos, além de manter os recursos necessários à manutenção da biodiversidade e do bem-estar humano. Desta maneira, torna-se imprescindível a criação de Unidade de Conservação que assegure a perpetuidade desses recursos.

Considerando todas as áreas temáticas discutidas neste estudo técnico, e a necessidade de discutir o estabelecimento de novas áreas legalmente protegidas, alguns aspectos importantes se destacam como premissa básica para justificar a necessidade de se criar uma Unidades de Conservação de Proteção Integral na região, dentre as quais destacamos:

Área de grande diversidade e importância biológica, prioritária para a conservação e de relevância nos contextos estadual e nacional.

Os estudos da fauna e flora demonstram uma biodiversidade de extrema importância para a conservação. Na Serra Negra ocorre uma das maiores diversidades de espécies em Campos Rupestres. A área de estudo demonstra enorme riqueza quanto a fauna.

Área de recarga hídrica de grande interesse socioeconômico no contexto regional (abastecimento humano e industrial)

A área de estudo apresenta inúmeros cursos d'água que nascem na Serra Negra. Contribuem para as águas do rio Paraíba do Sul, bacia com maior número de habitantes do Brasil. Consumido sobretudo pelo Estado do Rio de Janeiro. Em Rio Preto, há intenção de duas CGHs serem construídas no ribeirão Santana, que é abastecido diretamente pelo ribeirão do Funil e do Conceição. Há também a UHE Melo da Vale que depende das águas da Serra Negra. O ribeirão Monte Verde abastece o rio do Peixe onde há a UHE Picada. Há também em construção a CGH Monte Verde que depende das águas da Serra Negra.

A maior parte da área não tem aptidão agrícola ou pastoril

A área proposta para a criação do PESNM abrange contextos geomorfopedológicos de baixíssima capacidade de suporte para a produção agrícola e pastoril, com mais de 80% dos solos rasos e/ou extremamente ácidos, e mais de 75% com declividade acentuadas (serras, colinas, montanhas, escarpas, patamares estruturais). A vocação da área seria para exploração mineral ou para a conservação dos recursos naturais, sendo este último de maior relevância considerando os resultados deste trabalho.

Região de grande diversidade paisagística, beleza cênica e potencial turístico

Devido ao conjunto de paisagens, principalmente devido à presença de três grandes maciços com vegetação diversificada e inúmeros cursos d'água, a região apresenta grande potencial turístico. Em determinados locais da área estudada, principalmente no maciço da Serra, a população tradicionalmente utiliza os cursos d'água para lazer. No entanto, esta prática tem assumido um caráter predatório, e sua organização e regulamentação faz-se necessária a fim de dar um caráter de perpetuidade a essas áreas com potencial turístico.

A região tem grande importância e como grande acervo no contexto histórico-cultural no que se refere à ocupação do território brasileiro (ciclo do ouro)

A área em estudo concentra numerosos artefatos, ruínas e referências dos acontecimentos históricos de que foi palco. Por sua situação de passagem nos séculos XVII, XVIII, XIX, eles relacionam-se maciçamente à questão dos caminhos, com grande ênfase nas estradas de escoamento do ouro.

Em Campos Rupestres, os artefatos preservam-se em maior quantidade, favorecidos por fatores ecológicos e econômicos, até então, inacessibilidade e uso do solo restrito. Essas estruturas representam uma história na cronologia dos trajetos e documentam uma fase de obras de arte da engenharia, localizadas num ambiente natural, junto com o qual merecem rigorosas medidas de proteção. Além disso, a integração entre a proteção à biodiversidade e a situação de sítio histórico-arqueológico desta região traz um grande benefício social, cultural, educativo e econômico, ampliando consideravelmente as possibilidades educativas nessas duas disciplinas e a perpetuidade dos atributos e atrativos desta região.

Unidade ecológica, paisagística e histórica microrregional

Há uma unidade ecológica, paisagística e histórica microrregional, iniciando-se na Serra de Ibitipoca, chegando à Serra Negra e à Serra de Lima Duarte. Particularmente na área de influência da proposta de criação do PESNM, os patrimônios natural e cultural se mesclam de forma exemplar, na abordagem conceitual de um sítio histórico-cultural em ambiente extremamente rico em biodiversidade e outros recursos naturais.

Algumas áreas de relevante importância histórica encontram-se fora dos limites propostos neste projeto, porém adjacentes ao perímetro proposto para a futura Unidade de Conservação. No entanto, apesar de existirem alguns instrumentos que possam representar medidas protetivas para estas áreas, como por exemplo o “Tombamento”, este cenário também pode constituir uma oportunidade para municípios, Estado e comunidades, apesar de estar fora do escopo deste projeto. Assim, sob a ótica dos levantamentos histórico-culturais empreendidos neste trabalho, a criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, na qual é permitida a visitação de sítios de patrimônio histórico-cultural com fins educativos, favorece o acesso à pesquisa e visitação deste importante acervo no contexto de nossa história de ocupação.

Contribuição Regional da Unidade de Conservação Proposta

A área total a ser protegida pela proposta de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira é de aproximadamente 6.800 hectares, o que irá se somar a outras Unidades de Conservação já estabelecidas na região, como PE do Ibitipoca e PE Serra do Papagaio.

Grandes fragmentos de matas encontrados ao sul da Serra Negra merecem atenção especial. Devido à sua grande fragmentação em pequenas propriedades e aos diferentes estados de conservação em que se encontram, a conscientização dos proprietários sobre a importância da preservação e transformação destas áreas de mata em outras formas de áreas protegidas deve ser urgentemente providenciada.

O controle e a fiscalização na aplicação da legislação ambiental vigente, especialmente no que tange à obrigação dos proprietários rurais em estabelecer suas reservas legais, preservar suas APP's e outros aspectos como a imunidade da supressão se determinados estágios sucessoriais da Mata Atlântica, são situações de grande relevância para a manutenção destes fragmentos como importantes corredores ecológicos na região.

No que diz respeito à necessidade de se implementar uma gestão ambiental na esfera regional, visando abranger áreas em maior escala, esses corredores ecológicos tornam-se instrumentos importantes na manutenção da biodiversidade, considerando a presença de Unidades de Conservação de Proteção Integral da região (PE Ibitipoca e PE Serra do Papagaio) e outras de Uso Sustentável (APA Boqueirão, RPPNs). Futuramente, quando da elaboração dos planos de manejo para as diversas UC's da região, incluindo a área a ser protegida pelo PESNM, deverão ser considerados os remanescentes de mata da região como corredores de interligação das várias áreas de Campos Rupestres aí presentes, propondo um manejo e uso de práticas adequadas e coerentes com sua aptidão e vocação.

Diante do exposto, apresentamos abaixo as principais justificativas para criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, considerando os aspectos ambiental e socioeconômico:

Critério Ambiental:

- A região está entre as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade, tanto na avaliação Nacional quanto na Estadual.
- A região possui papel importante na produção de água, uma vez que faz parte do complexo serrano da Mantiqueira;

- Possibilidade de criação de corredores ecológicos entre Unidades de Conservação já estabelecidas na região (PE Ibitipoca / PE Serra Negra / PE Papagaio / RPPN's / UC's municipais;
- A área contribuirá para a manutenção da variabilidade genética da fauna/flora dos ecossistemas da região;
- Contenção das degradações e ameaças pela mineração, monoculturas e turismo desordenado;
- Guarda o maior remanescente de fragmento da floresta atlântica (mata úmida de altitude) continua da região do Circuito Serras de Ibitipoca;
- Ocorrência de espécies raras, endêmicas, novas e ameaçadas de extinção.



Figura 134 – Biodiversidade encontrada na Serra Negra.

Critério Socioeconômico:

- Possibilidade de aumentar a geração de emprego e renda através do turismo ecológico sustentável, uma vez que esta atividade vem sendo desenvolvida na área sem nenhum controle e sem os estudos de impacto;
- Criar alternativa de expansão turística no circuito Serras do Ibitipoca;
- Quase inexistência de moradores no perímetro proposto para instituição da UC;
- Aumento do ICMS Ecológico para os municípios;
- Aumento do ISS
- Atração de investidores
- Atração e promoção de eventos culturais, sociais, ambientais;
- Integração em âmbito estadual e nacional no circuito de Unidades de Conservação;
- Planejamento da expansão urbana sobre áreas rurais;
- Possibilidade de ocorrência de terras devolutas na região mais alta da Serra Negra;
- Solução para repartição familiar de espólio e herança sobre terras improdutivas (regularização fundiária).



Figuras 135 e 136. Atrativos turísticos na região da Serra Negra.

Considerando que a área de estudo está localizada em uma região onde existem outras Unidades de Conservação, como por exemplo o Parque Estadual do Ibitipoca, é válido fazer menção a alguns aspectos relacionados à referida UC, e que representam benefícios para as comunidades da região, bem como para o Estado.

- Geração de emprego: Aproximadamente 800 a 1000 empregos diretos e indiretos ligados ao turismo (Hotéis, restaurantes, pousadas, lojas diversas, construção civil, passeios, transportes, etc.);
- Valor aproximado dos recursos que circulam anualmente na Vila de Conceição do Ibitipoca: R\$ 35 milhões/ano;

- Arrecadação de aproximadamente R\$ 1,5 milhões/ano para o Estado (visitação);
- Valorização dos imóveis do entorno da UC;
- Melhoria da qualidade de vida (social e econômica) das famílias residentes no entorno da UC;
- Possibilidade de atração de recursos públicos e investimentos privados para a região;
- Melhoria de infraestrutura de acesso à região;
- Possibilidade de promover o desenvolvimento regional através do turismo rural para as comunidades do entorno;
- Aumento da assistência às propriedades rurais na região;
- Fortalecimento do ordenamento territorial no entorno da UC;
- Aumento da comercialização da produção associada ao turismo (doces, queijos, artesanatos, hortaliças, etc.);
- Maior relevância da região e fortalecimento de sua imagem junto à mídia;
- Possibilidade de investimentos socioeconômicos e ambientais, através de recursos associados à Mata Atlântica e preservação das águas;
- Aumento do índice de pesquisas científicas voltadas para a região;
- Atração de programas de apoio à agricultura familiar;
- Atração programas e ações de resgate e fortalecimento da cultura local;
- Fortalecimento de órgãos municipais ligados à agricultura, meio ambiente e turismo;
- Ampliação da interação política entre os municípios abrangidos;
- Manutenção do fornecimento de água de qualidade para a região.

14. CATEGORIA DE MANEJO E DENOMINAÇÃO

A partir dos resultados obtidos, é indiscutível a necessidade de se criar um instrumento que garanta a proteção efetiva dos recursos naturais presentes na região da Serra Negra da Mantiqueira, com ênfase em biodiversidade e água. A fim de garantir a manutenção de processos ecológicos únicos estabelecidos na área da futura UC, bem como o abastecimento de água da região e as várias possibilidades e perpetuidade do desenvolvimento responsável do turismo em áreas naturais e históricas presentes na Serra Negra, propõe-se a criação imediata de uma Unidade de Conservação como medida de proteção legal e contenção de processos de degradação dos recursos naturais.

De acordo com o SNUC (Lei Federal nº 9.985/2000), o Parque é uma categoria de manejo cujo objetivo básico é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Assim, sendo uma categoria de posse e domínio público e uma vez implementado, este Parque dará acesso ao público em geral, proporcionando oportunidades educativas e de turismo responsável, resguardando certas áreas à conservação dos recursos naturais aí presentes. Propõe-se ainda que este Parque Estadual, devido a sua localização na Serra Negra, e parte do complexo da Mantiqueira, seja denominado Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira.

Neste sentido, diante das características identificadas na área de estudo, propõe-se a criação de uma Unidade de Conservação do grupo “Proteção integral” na categoria “Parque”, de acordo com os dispositivos previstos na Lei Federal nº 9.985/00 (SNUC), Decreto Federal nº 4.340/02 e Lei Estadual nº 20.922/13.

PARQUE ESTADUAL

A categoria Parque foi escolhida primeiramente em função da grande importância biológica da região, com ênfase nos Campos Rupestres, nas tipologias de Mata Atlântica e nos recursos hídricos, em contraponto à natural fragilidade ambiental dos recursos aí presentes, às práticas de uso do solo em curso na região e ao acelerado grau de ameaça da biota regional.

Apesar do maciço da Serra Negra não ser tão bem conhecido como a Serra do Ibitipoca, o estado de conservação da biodiversidade destas áreas possibilita complementar a preservação dos recursos naturais da região, com destaque para algumas fitofisionomias, como por exemplo os Campos Rupestres, os quais se caracterizam pela presença de uma grande diversidade da flora, sendo encontrada na Serra Negra uma das espécies ameaçadas de extinção que também ocorre no PE do Ibitipoca, o cacto – sabugo-do-diabo (*Arthrocereus melanurus*). Neste sentido, espera-se que a nova Unidade de Conservação venha contribuir para a melhorar o *status* de conservação desta espécie.

De acordo com o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal nº 9.985/00), a categoria Parque possui os seguintes objetivos:

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

Ainda em relação à criação das Unidades de Conservação, o Decreto Federal nº 4.340/02 estabelece, dentre outras situações, que a denominação das UCs deve obedecer suas características mais significativas, ou sua denominação mais antiga, conforme pode-se observar na passagem a seguir:

Art. 2º O ato de criação de uma unidade de conservação deve indicar:

I – a denominação, a categoria de manejo, os objetivos, os limites, a área da unidade e o órgão responsável por sua administração;

II - a população tradicional beneficiária, no caso das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável;

III - a população tradicional residente, quando couber, no caso das Florestas Nacionais, Florestas Estaduais ou Florestas Municipais; e

IV - as atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional envolvidas.

Art. 3º A denominação de cada unidade de conservação deverá basear-se, preferencialmente, na sua característica natural mais significativa, ou na sua denominação mais antiga, dando-se prioridade, neste último caso, às designações indígenas ancestrais (grifo nosso).

Desta maneira, considerando as características mais significativas da área proposta para a criação da Unidades de Conservação, e ainda, diante das referências históricas e ponderando o reconhecimento das comunidades locais quanto à Serra Negra, optou-se pela definição do nome **Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira**, mantendo-se as referências regionais desta formação de destaque.

15. NORMAS TRANSITÓRIAS

De acordo com a Lei Estadual nº 20.922/2013, especificamente no § 1º do art. 44, fica definido que o ato de criação das Unidades de Conservação estabelecerá as regras de transição para o uso dos recursos naturais da área demarcada, válidas até a aprovação do plano de manejo, conforme apresentado no trecho abaixo:

Art. 44. As Unidades de Conservação são criadas por ato do poder público.

§ 1º O ato de criação de Unidade de Conservação estabelecerá as regras de transição para o uso dos recursos naturais da área demarcada, válidas até a aprovação do plano de manejo.

§ 2º A criação de Unidade de Conservação será precedida de estudos técnicos, na forma do regulamento, e de processo consultivo, que orientem o poder público na definição:

I - da categoria de manejo;

II - da localização, da dimensão e dos limites da Unidade de Conservação;

III - das regras de transição a que se refere o § 1º (grifos nossos).

Considerando que este projeto se refere à criação de um Parque Estadual, o qual é classificado como Unidade de Conservação de Proteção Integral, é imprescindível observar os dispositivos previstos na Lei Federal nº 9.985/00, Lei que institui o Sistema Nacional de Conservação - SNUC, conforme apresentado abaixo:

Art. 7º. As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei (grifo nosso).

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Conforme observado na legislação supracitada, observa-se que as Unidades de Conservação de Proteção Integral já possuem restrições com relação à utilização dos recursos naturais presentes na sua área. A legislação atual permite apenas o uso indireto dos mesmos, o qual não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.

Vale ressaltar que a área onde se pretende criar o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira ainda apresenta significativos remanescentes florestais e está integralmente inserida no bioma Mata Atlântica, o qual é disciplinado e protegido pela Lei Federal nº 11.428/06.

Desta maneira, respeitando os dispositivos previstos na legislação vigente, é necessário que durante o período de implantação do parque, e até que seja elaborado seu plano de manejo, sejam definidas normas que disciplinem a utilização dos recursos naturais presentes na Unidade de Conservação.

As referidas regras de transição devem ter como objetivos principais a conservação dos recursos naturais e dos ecossistemas presentes na futura UC, a regulamentação e ordenamento do uso público dos atrativos naturais, com a minimização de impactos ambientais e estímulo a ações de educação ambiental.

Destacamos aqui alguns pontos considerados fundamentais, que deverão ser respeitados na elaboração das regras transitórias:

- a) Será proibida a extração de quaisquer recursos naturais da área prevista para a instituição da Unidade de Conservação, sejam eles vegetais, animais ou minerais, ressalvadas as situações de pesquisas científicas legalmente autorizadas pelas instituições competentes;
- b) Será vedada a criação de bovinos, equinos e demais animais domésticos no interior da área em que se propõe a criação do parque, excetuadas as situações em que se comprove a existência de uso consolidado e que tal criação não permita que os animais fiquem soltos. Tal regra busca evitar a ocorrência de danos ambientais, sobretudo à fauna e à flora, bem como a descaracterização das futuras trilhas destinadas ao ecoturismo.
- c) Será proibido, em toda área em que se pretende instituir o parque, o tráfego de motocicletas, quadriciclos e demais veículos motorizados que possam ocasionar danos ambientais, especialmente a erosão do solo e prejuízos à fauna e à flora, excetuando-se as situações que envolvam gestão, fiscalização e monitoramento da UC, bem como situações de segurança;

d) Será vedado o uso do fogo, em qualquer hipótese, na área demarcada para criação da UC, especialmente aqueles com a finalidade de renovação e manejo de pastagem e o uso de fogueiras. Desde que devidamente justificadas, poderão ser utilizadas técnicas de manejo do fogo que estejam relacionadas à prevenção e combate a incêndios florestais na UC;

e) Os usos já consolidados serão respeitados, desde que não importem em uso direto dos recursos naturais, tampouco em impactos negativos sobre a biodiversidade da UC, excetuando-se os casos que sejam enquadrados como captação de água para subsistência;

f) Será elaborado, tão logo aprovada a instituição do parque, um plano de uso público emergencial, no qual serão definidos os atrativos naturais passíveis de visitação, bem como as normas que regulamentem o uso público destes atrativos e a sinalização mínima necessária à visitação.



Figura 137 – Serra Negra (pôr do sol). Foto: Lúcio Lima.

16. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, N.L. & NETO, L.M. 2010. As subfamílias Vanilloideae e Orchidoideae (Orchidaceae) em um fragmento da Serra da Mantiqueira, Minas Gerais, Brasil. Boletim de Botânica da Universidade de São Paulo, 28:15-33.

ABREU, N.L., NETO, L.M. & KONNO, T.U.P. 2011. Orchidaceae das Serras Negra e do Funil, Rio Preto, Minas Gerais, e similaridade florística entre formações campestres e florestais do Brasil. Acta Botanica Brasilica, 25(1): 58-70.

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. Introdução e vocabulário: Alice Canabrava. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, pp. 237-246.

ANTUNES, K., SALIMENA, F.R.G. & SOBRAL, M. 2013. *Plinia delicata* (Myrtaceae), a new species from southeastern Brazil. Zootaxa, 131(1):45-48.

BLASER, J., SALIMENA, F.R.G. & CHAUTEMS, A. 2012. Gesneriaceae na Serra Negra, Minas Gerais, Brasil. Rodriguésia, 63(3): 705-714.

BRASIL. Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e dá outras providências. 2002.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. 2000.

BRASIL. Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. 2006.

BRASIL. Portaria MMA nº 444, de 17 de dezembro de 2014. Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo I da presente Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria no 43, de 31 de janeiro de 2014.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. 2005.

BRIGHTSMITH, D.J.; HILBURN, J.; DEL CAMPO, A.; BOYD, J.; FRISIUS, M.; FRISIUS, R.; JANIK, D.; GUILLE'N, F. *The use of hand-raised Psittacines for reintroduction: a case study of scarlet macaws (Aramacoo) in Peru and Costa Rica*. USA: Biological Conservation, v. 121, p. 465–472, 2005.

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos; MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista, 1780-1836. Revista do Departamento de História, nº 6, jul, p.137-150, 1988.

- CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX. Série Estudos, nº 2, Mariana: NHED/ UFOP, 1999.
- CBRO (Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos). *Listas das aves do Brasil*. 11ª Edição, 1/1/2014, Disponível em <<http://www.cbro.org.br>>. Acesso em: [15/09/2014].
- COLLAR, N.J., CROSBY, M.J. & STATTERSFIELD, A.J. Birds to watch2: the world list of threatened birds. Smithsonian Institution Press, Washington, DC, Estados Unidos. 1994.
- COSTA, C.M.R., HERMANN, G., MARTINS, C.S., LINS, L.V. & LAMAS, I. 1998. Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação. Fundação Biodiversitas, Belo Horizonte.
- CORREA, Ângelo. Tetama nas matas mineiras: sítios Tupis na microrregião de Juiz de Fora- MG. Dissertação de mestrado, USP, 2009.
- COSTA, H. C. & BÉRNILS, R. S. (org.). 2015. Répteis brasileiros: Lista de espécies. Versão 2012.2. Disponível em: <<http://www.sbherpetologia.org.br/>>. Acessado em: 8 de jan. 2016.
- DARIO, F.R. Estrutura trófica da avifauna em fragmentos florestais na Amazônia Oriental. *ConScientiae Saúde*, 2008; 7(2): 169-179.
- DE PAULA, Élcio Moreira. Povoamento: Os indígenas. A chegada dos bandeirantes, dos mineradores de todas as partes do Brasil e de Portugal, e dos escravos africanos. Os primeiros troncos familiares. Manuscrito não publicado, 2016.
- DELGADO. Alexandre. Memória histórica sobre a cidade de Lima Duarte e seu município. Juiz de Fora: Editora Associada, 356 p., 2009.
- DESTRO, G.F.G; PIMENTEL, T.L.P; SABAINI, M.; BORGES, C.; BARRETO, R. Esforços para o combate ao tráfico de animais silvestres no Brasil. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/periodico/esforcosparaocombateaotraficodeanimais.pdf> (acesso em : 17/09/2014).
- DRUMMOND, G.M., MARTINS, C.S., MACHADO, A.B.M., SEBAIO, F.A. & ANTONINI, Y. 2005. Biodiversidade em Minas Gerais, um atlas para sua conservação. 2 ed. Fundação Biodiversitas, Belo Horizonte.
- FONTANA C. S.; BENCKE, G. A. & REIS, R. E. *Livro vermelho da fauna ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- FROST, D.R. 2015. Amphibian Species of the World: Online Reference. Version 6.0. (Acessado em: 08/01/2016) Eletronic Database accessible at <http://research.amnh.org/herpetology/amphibia/index.html>. American Museum of Natural History, New York, USA.

GIULIETTI, A. M.; HARLEY, R. M.; QUEIROZ, L. P.; WANDERLEY, M. G. L.; VAN DEN BERG, C. *Megadiversidade: Biodiversidade e conservação das plantas no Brasil*. Belo Horizonte: Conservação Internacional, v. 1, p. 52-61, 2005.

GUIMARÃES, C. M. Os Quilombos do Século do Ouro. *Revista do Departamento de História*. Fafich/UFMG, Belo Horizonte, p. 15-46, 1988.

HADDAD, C.F.B., TOLEDO, L.F., PRADO, C.P.A., LOEBMANN, D., GASPARINI, J.L. & SAZIMA, I. 2013. *Guia dos Anfíbios da Mata Atlântica – Diversidade e Biologia*. Anolis Books Editora, 1ª edição, 544p.

HERRMANN, G. 2008. *Manejo de paisagem em grande escala: estudo de caso no Corredor Ecológico da Mantiqueira, MG*. Tese de doutorado em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. 246 pp.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Cidades de Minas Gerais*. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=315445&idtema=16&search=minas-gerais|riachinho|sintese-das-informacoes>. Acesso em: 18/09/2014.

IUCN, 2011. IUCN 2016. *Lista Vermelha da IUCN de espécies ameaçadas de extinção*. Versão 2.011,1. Disponível em: <www.iucnredlist.org>. Acessado em 30 de Ago. 2016.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Proposta de Criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela*. Setembro. 2010.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Projeto Corredor Ecológico: Região do Jalapão*. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/projetojalapao/pt/biodiversidade-3/fitofisionomias.html>>. Acesso em: [16/09/2014].

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. *Atlas: Mapeamento e Inventário da Flora Nativa e dos Reflorestamentos de Minas Gerais*. Lavras: UFLA, 288 p., 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: Acesso em 16 de dezembro de 2016 (<http://www.ibge.gov.br/home/>).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Acesso em 02 de dezembro de 2016 (<http://portal.iphan.gov.br/>).

IUCN (União Mundial para a Natureza). *IUCN Red List categories and criteria*. Suíça: IUCN Species Survival Commission, version 3.1, 2001.

JUSTINO, L. L. *Melastomataceae A. Juss. da Serra Negra, Minas Gerais: tratamento taxonômico, distribuição nas fitofisionomias e similaridade florística*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Ecologia, 2016.

KOTTEK, M.; GRIESER, J.; BECK, C.; RUDOLF, B.; RUBEL, F. World Map of the Koppen-Geiger climate classification updated. 2006.

LIMA, L. M. C., 2016-2020. Composição, estrutura populacional e distribuição da herpetofauna e fluxo gênico de *Enyalius perditus* Jackson, 1978 (Squamata: Leiosauridae) nas diferentes fitofisionomias da Serra Negra da Mantiqueira, Minas Gerais, Brasil. Tese de doutorado em curso pelo Programa de Pós-graduação em Biologia e Comportamento Animal pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

LIMA, Márcio Antônio Lucinda. Levantamento da Viabilidade e das Condições da Atividade Turística no Distrito e Áreas de Influência de São Domingos da Bocaina, Lima Duarte, MG. Monografia de Conclusão do Curso Turismo e Hotelaria. São Lourenço: Faculdade Santa Marta. 2006.

LOURES-OLIVEIRA, J. C.. O Homem e o Meio Ambiente na Pré-História da Zona da Mata Mineira: Algumas Inferências sobre a Relação Simbólica do Espaço e os Assentamentos Indígenas na Região..In: Ana Paula de Paula Loures de Oliveira. (Org.). Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola. Juiz de Fora: MAEA-UFJF, 2008, v. 3, p. 69-85.

LOUZADA, J.N.C.; CARVALHO, L.M.T.; POMPEU, PAULO; PASSAMANI, MARCELO; ZAMBALDI, L.P.. Fauna. In: Carvalho, L.M.T; Scolforo, J.R.S. & Oliveira, A.D.. (Org.). Zoneamento ecológico-econômico do Estado de Minas Gerais - componentes geofísico e biótico. Lavras: Editora UFLA, 2008, v. 1, p. 225-240. Megadiversidade, 4 (1-2), 243-256. 2008.

MACHADO, A. B. M.; DA FONSECA, G. A. B.; MACHADO, R. B.; AGUIAR, L. M. S.; LINS, L. V. *Livro vermelho das espécies ameaçadas de extinção da fauna de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1998.

MANOEL, Joel Peixoto. Os sertões do Muriaé. Revista de Historiografia *Muriaeense*. Ano III nº 3, p.21-32, Muriaé: Minas Gerais, fev.1980.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro e SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidências. X Seminário de Economias Mineira. *Diamantina*, 2002.

MATOZINHOS, C.N. & KONNO, T.U.P. 2011. A new species of Macroditassa (Apocynaceae-Asclepiadoideae) from Minas Gerais, Brazil. *Systematic Botany*, 36(1):137-140.

MENDONÇA, M. P. & LINS, L. V. *Lista vermelha das espécies ameaçadas de extinção da flora de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2000.

MERCADANTE, Paulo. Crônica de uma comunidade cafeeira. Carangola: o vale e o rio. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

MERCADANTE, Paulo. Os sertões do Leste. Estudo de uma região: Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

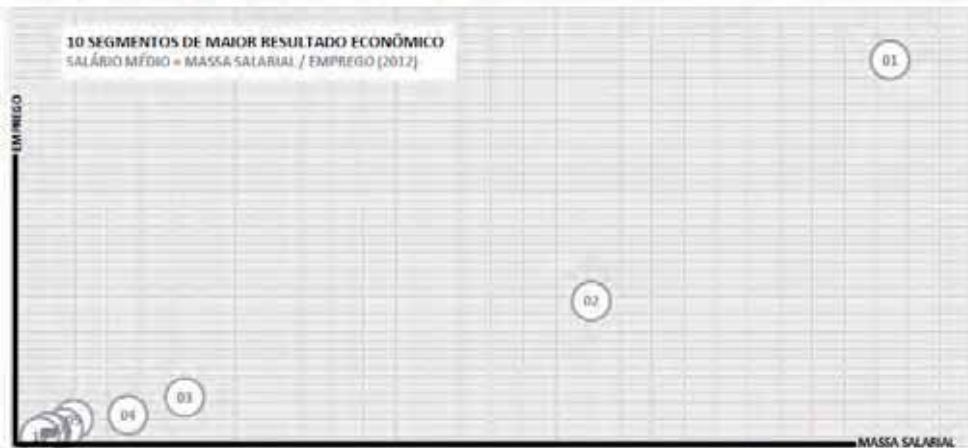
- MIKICH, S. B. & BÉRNILS, R. S. *Livro vermelho da fauna ameaçada no estado do Paraná*. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2004.
- MINAS GERAIS. Deliberação Normativa COPAM nº 016, de 24 de setembro de 1996. Dispõe sobre o enquadramento das águas estaduais da bacia do rio Paraibuna. 1996.
- MINAS GERAIS. Deliberação Normativa COPAM nº 147, de 30 de abril de 2010. Aprova a lista de espécies ameaçadas de extinção do Estado de Minas Gerais. 2010.
- MINAS GERAIS. Lei Estadual nº 20.922 de 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. 2013.
- MITTERMEIER, R. A.; DA FONSECA, G. A. B.; RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. *Megadiversidade: Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil*. Belo Horizonte: Conservação Internacional, v. 1, p. 14-21, 2005.
- MMA (Ministério do Meio Ambiente). *Biodiversidade Brasileira: Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira*. Brasília: MMA/SBF, 2002.
- MMA (Ministério do Meio Ambiente). *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção*. Brasília: MMA. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2v, 1420 p., 2008.
- MMA (Ministério do Meio Ambiente). Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014. Diário oficial da União 110 - 121. 2014.
- NETO, L.M., MATOZINHOS, C.N., ABREU, N.L., VALENTE, A.S.M., ANTUNES, K., SOUZA, F.S., VIANA, P.L. & SALIMENA, F.R.G. 2009. Flora vascular não-arbórea de uma floresta de gruta na Serra da Mantiqueira, Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil. *Biota Neotropica*, 9(4): 149-161.
- NEVES, M. O., 2015. Anfíbios da Serra Negra, zona da mata de Minas Gerais, e padrões de distribuição dos anuros da Serra da Mantiqueira e sul do Espinhaço. Dissertação de mestrado do Programa de Pós graduação em Biologia Animal da Universidade Federal de Viçosa.
- NOBRE, P.H., RODRIGUES, AS., C.I.A., MOREIRA, A.E.S. & MOREIRA, H.H. 2009. Similarity of the bat fauna (Mammalia) in Serra Negra, Rio Preto and Santa Bárbara do Monte Verde municipalities, Minas Gerais, with other localities of Atlantic Forest. *Biota Neotropica*, 9(3).
- OLDFIELD, S., LUSTY, C.; MACKINVEN, A. *The world list of threatened trees*. Reino Unido: World Conservation Union Publications, Cambridge, 1998.
- OLIVEIRA, A. Identidades genéricas dos grupos macro-jê e suas implicações para os estudos arqueológicos da Zona da Mata mineira. *CLIO. Série Arqueológica (UFPE)*, v. 25, p. 1-15, 2010.

- OLIVEIRA, A.P.P.. Sete anos do projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira: resultados e avaliação. *Revista de Arqueologia* (Belém), v. 18, p. 111-114, 2005.
- OLIVEIRA, C.S. & MARQUES NETO, R. Caracterização e interpretação geoecológica da paisagem na Serra Negra e Serra das Três Cruzes – MG. *Caderno de Geografia*, v.24, número especial (1), 2014.
- OLIVEIRA, E.F., TOLLEDO, J. & FEIO, R.N. 2009. Amphibia, Anura, *Physalaemus rupestris* Caramaschi, Carcerelli and Feio, 1991: Distribution extension and geographic distribution map. *Check List*, 5: 815-818.
- PERLO, B. *A field guide to the birds of Brazil*. Oxford University, 2009.
- PETROCCHI, Mário. *Turismo: planejamento e gestão*. São Paulo: Futura 1998.
- PINTO, C.P., BRANDALISE, L.A., SOUSA, H.A., VASCONCELOS, R.M., BARRETO, E.L., DIAS GOMES, R.A.A., CARVALHAES, J.B., PADILHA, A.V., HEINECK, C.A & GROSSI SAD, J.H. Lima Duarte, Folha SF-23-X-C-VI, Estado de Minas Gerais, Escala 1:100.000. MIE-DNPM, Programa de Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil, CPRM, Belo Horizonte, Mapas e texto explicativo, 1991, 224p.
- PIRANI, J.R., MELLO-SILVA, R., GIULIETTI, A.M. Flora de Grão Mogol, Minas Gerais, Brasil. *Bol. Botânica da Univ. São Paulo* 21, 1–24. 2003.
- PREFEITURA DE IÚNA. Disponível em: <http://www.iuna.es.gov.br/pagina/indios.html>. Acesso em: 05 de setembro de 2016.
- PREZIA, B. *Os indígenas do planalto paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- REDFORD, K. H. *The Empty Forest*. University of California Press: Bioscience, vol. 42, nº. 6, p. 412-422, 1992.
- REIS, N.R.; A.L. PERACHI; W.A. PEDRO & I.P. LIMA, 2006. *Mamíferos do Brasil*. Londrina: UEL. 437p.
- ROCHA, C.H.B. *Zona da Mata mineira: pioneirismo, atualidade e potencial para investimento*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2008. 128p.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável proteção do meio Ambiente*. Campinas, SP : Papirus, 1997.
- SAINT-HILAIRE, A. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822; tradução revista e prefácio de Vivaldi Moreira*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1974.

COMPOSIÇÃO DE MERCADO POR SETOR

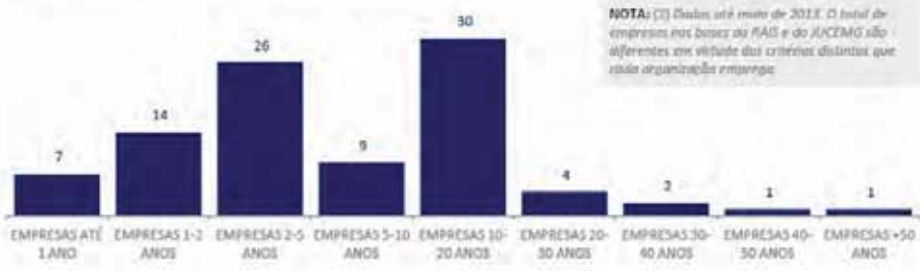
Fontes: IBGE, JUCEMG, RAIS e Portal do Empreendedor

Setores: ■ Agregação ■ Comércio ■ Serviço ■ Ind. Transformação ■ Ind. Extrativa ■ Construção Civil



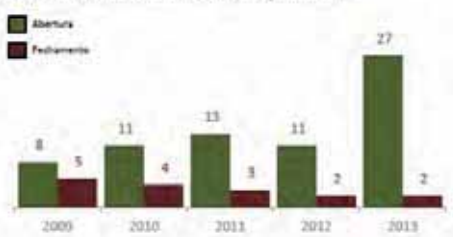
- 01: Criação de negócios
- 02: Fab. de prod. de papel, celul., pap., cart., pap. cart. e papel. não exp.
- 03: Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)
- 04: Com. ser. de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário
- 05: Com. ser. de merc. em geral de produtos alimentícios (carne, a simet.)
- 06: Com. ser. de produtos de plástico, latão, vidro, metal e acrílicos
- 07: Atividades de saúde e socialização
- 08: Fab. de art. de plástico, madeira, fibra sintética, vidro e met. com.
- 09: Comércio varejista de ferragens, materiais e materiais de construção
- 10: Extração de pedras, areia e argila

DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO POR TEMPO DE EXISTÊNCIA | 2013¹

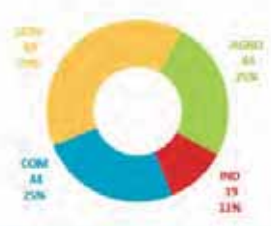


NOTA: (1) Dados até maio de 2013. O total de empresas nos bases do RAIS e do JUCEMG são diferentes em virtude dos critérios distintos que cada organização emprega.

ABERTURA E FECHAMENTO DE EMPRESAS | 2009-2013²

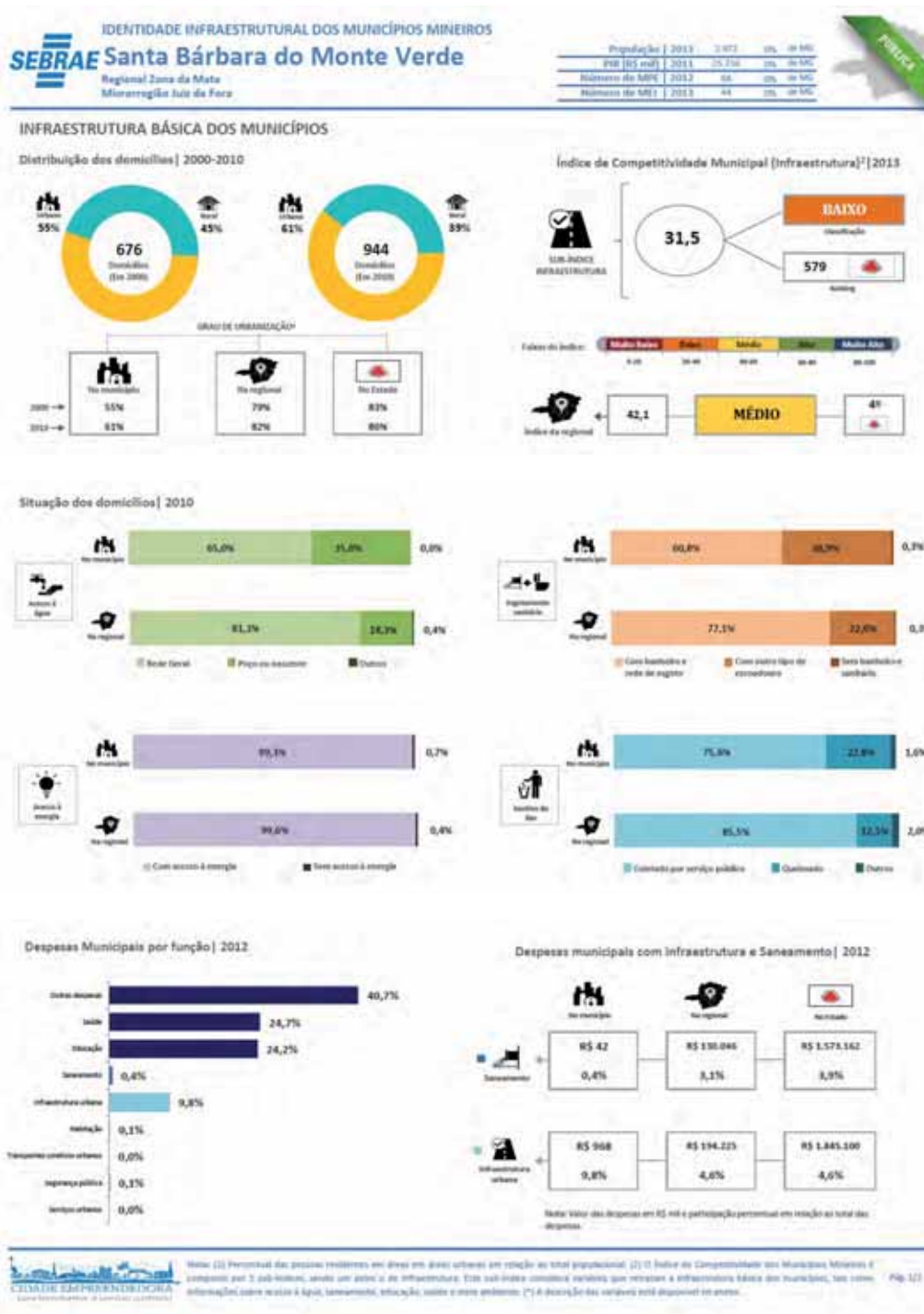


EMPRESAS POR SETOR ECONÔMICO³ | 2012



NOTA: (1) Inclui dados de ME que, segundo a fonte estão defasados em 2013. (4) Inclui o número de ME.

Identidade Infraestrutural



INFRAESTRUTURA BÁSICA DOS MUNICÍPIOS

Número de aeródromos, rodovias e ferrovias | 2013



Frota de veículos automotores | 2004-2014



Telecomunicações | 2013



Instituições financeiras | 2013



Instituições de ensino - Nível Básico¹⁾ | 2013



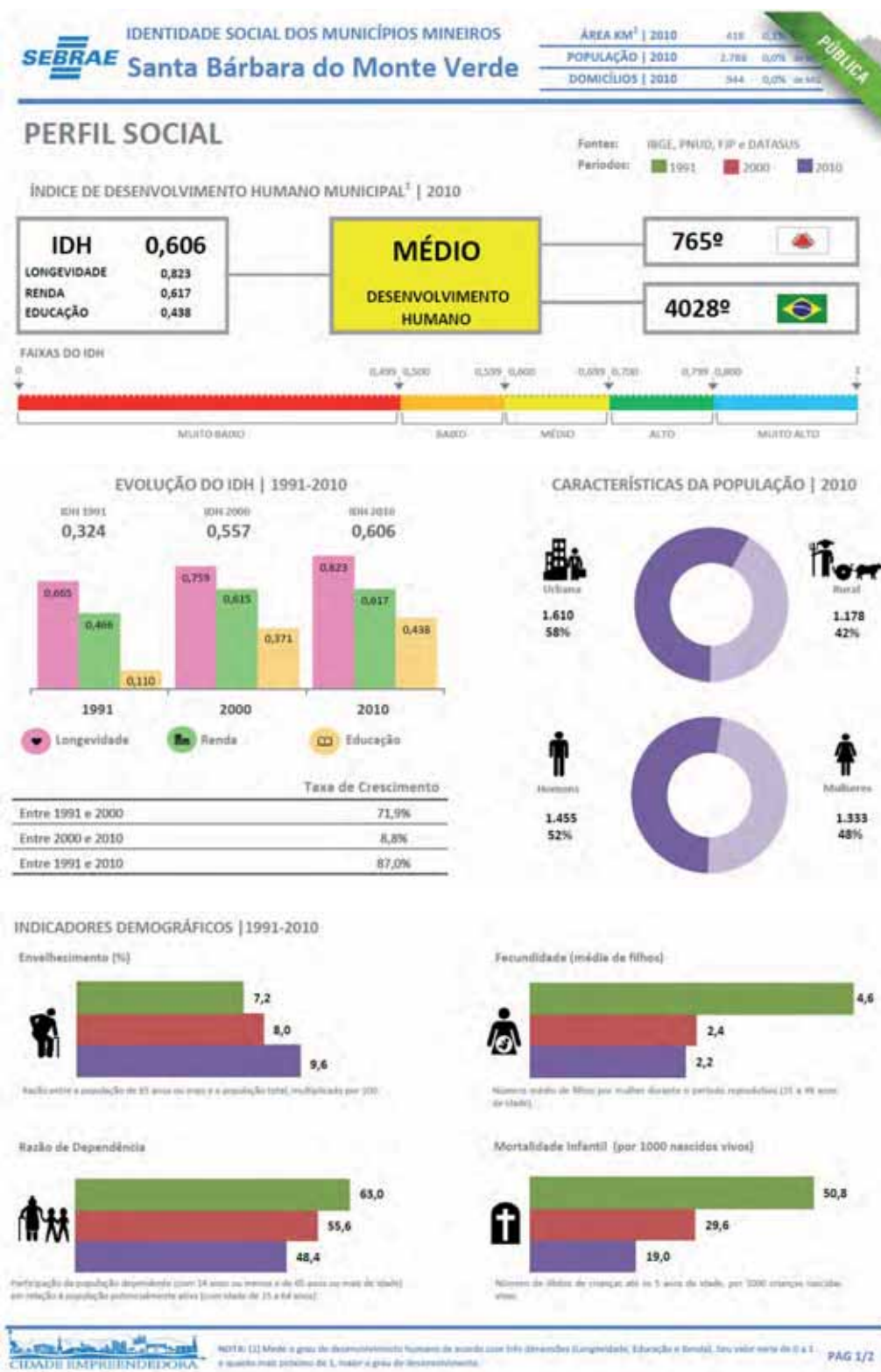
Instituições de ensino - Nível Superior²⁾ | 2012



Município contemplado com o programa Educação Empreendedora em instituições de ensino? **NÃO**

Notas: (1) O dado de cobertura de internet significa o número total de pontos de acesso de internet fixa em serviço. (2) Inclui unidades administrativas, campus livres e fora de aula, institutos de educação e pesquisa (IAP), pólos de apoio presencial de EAD e do sistema de Universidade aberta de nível superior. Para alguns IAPs universitários públicos de todo país oferecem cursos EAD em diversas localidades, portanto dados de apoio. O base de trabalho de população que não atribuiu de acesso à formação universitária (*) A maioria dos vestibulos não disponibiliza acesso.

Identidade social

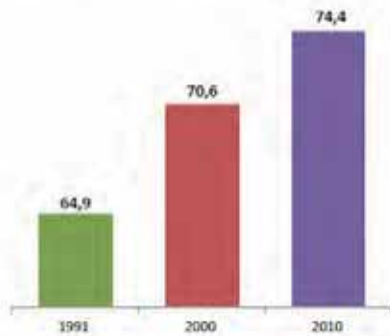


PERFIL SOCIAL

Fontes: IBGE, PRUD, FJP e DATASUS
Períodos: 1991 2000 2010

INDICADORES DE SAÚDE

Esperança de vida ao nascer (anos de vida) | 1991-2010

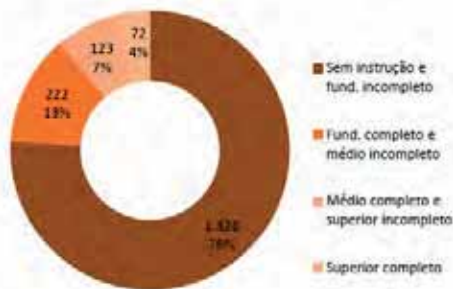


Recursos de assistência à saúde (Por 1.000 hab.) | 2012



INDICADORES DE EDUCAÇÃO

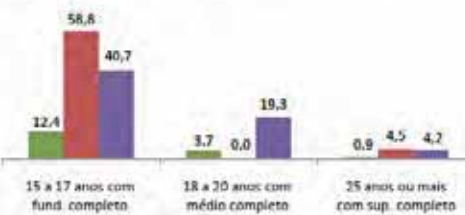
Escolaridade da população adulta (25 anos ou mais) | 2010
População adulta por nível de instrução



Anos Esperados de Estudo² | 2010



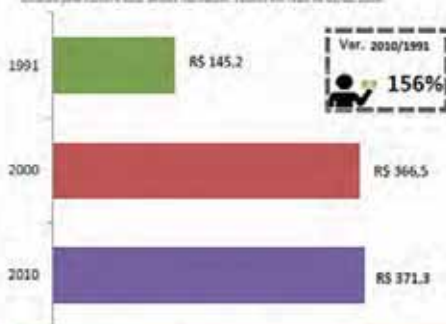
Frequência escolar (%) | 1991-2010



INDICADORES DE RENDA

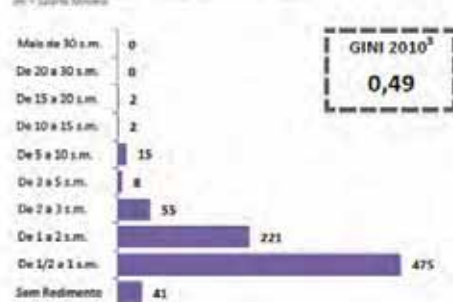
Renda per capita | 1991-2010

Revisão total dos indicadores realizada em dezembro particularmente atualizado pelo Sistema SIBRA de dados individuais. Valores em reais de 01/01/2010.



População por classe de rendimento mensal | 2010

População com 12 anos ou mais de idade, por classe de rendimento em 12 meses anteriores.



Nota: (2) Esperança e expectativa de vida escolar da população jovem, medida pelo nº médio de anos de estudo que uma criança que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem constantes; (3) O Índice GINI mede o grau de desigualdade de renda. Valores próximos de 0 indicam desigualdade baixa e valores próximos de 1, desigualdade alta.

6.5. Aspectos socioeconômicos da Serra Negra e entorno direto

6.5.1. Populações do entorno da Serra Negra da Mantiqueira

A região da Serra Negra está localizada entre os municípios de Olaria, Lima Duarte, Santa Barbara do Monte Verde e Rio Preto. Por estar inserida no maciço da Serra da Mantiqueira e nas porções de maiores altitudes destes municípios, sendo divisora das bacias dos Rios Preto e Peixe, é uma das áreas de mais difícil acesso até mesmo nos dias atuais.

A ocupação humana da Serra Negra remonta, inicialmente, segundo relatos, principalmente às tribos Purís, Pitás, Cachinés e Coroados, as quais ocuparam a região dos Vales dos Rios do Peixe e Preto, e conseqüentemente a Serra Negra, já que esta encontra-se no divisor destes dois vales, como relata Delgado (1962) na seguinte passagem:

São poucas as informações que restaram sobre os habitantes indígenas do território. Algumas referências, entretanto, indicam, entre outros, os Aracís, índios mansos da Mantiqueira, localizados na Serra de Ibitipoca e no Planalto de Barbacena, desaparecidos segundo Nelson de Sena, desde o Século XVIII, Cachinés (ou Cachênêses), mencionados por Ayres do Casal (1818 aproximadamente) e em carta próxima desta data habitavam os vales do Paraibuna e Peixe; Pitás, no sudeste Mineiro, entre a Mantiqueira e o Vale do Rio do Preto, na bacia do Paraibuna; Purís, disseminados pelo antigo termo de Barbacena e regiões fronteiriças entre Minas e o Rio de Janeiro.

Sobre Coroados, índios ferozes que habitavam entre os Rios do Peixe, Preto, Paraibuna e Paraíba, existe na Biblioteca Nacional curioso documento datado do Registro do Paraibuna, de 1797, que os descreve ao Vice-Rei Conde de Rezende: "... Meu Senhor. Os Gentios que moram nas vizinhanças deste Registro são os Coroados e Purís, os quais são tão selvagens que não conhecem subordinação alguma: andam nus e só usam de um pequeno tecido de guaxima que mal tampam suas partes, pintam todos o corpo com uma fruta chamada orucum...

Ainda sobre os indígenas da região do vale do Rio Preto, o texto oficial sobre a história do município de Rio Preto, diz que: "Os indígenas da região não se apresentaram ferozes aos desbravadores brancos, mas medrosos e fugitivos, não deixando, porém de lhes causar temor." (IBGE, 2016).

Os primeiros colonizadores que chegaram à região remontam à primeira metade do século XVIII à procura do ouro, que, em algumas áreas, foi encontrado em pequenas quantidades comparadas a de outras regiões de Minas Gerais. Na região do entorno da

Serra Negra foi possível identificar a seguinte lavra no Ribeirão da Conceição, que nasce na Serra Negra e corta as vilas de Conceição e Três Cruzes (IBGE, 2016):

A zona de Rio Preto permaneceu em sertão até 1780, mais ou menos, quando a atração do ouro nos flancos da Mantiqueira, vertentes rio-pretanas, motivou o aparecimento do primitivo arraial do Ouvidor, pois já, em 1798, eram concedidas ao cidadão Miguel Rodrigues da Costa as honras de capitão-mor, sendo a primeira autoridade do lugar e o primeiro a ter a concessão de explorar em Conceição do Monte Alegre (povoado do distrito da cidade) lavras de ouro.

A pequena produtividade de ouro não impediu a colonização da região do “sertão do Rio Preto” e “Rio do Peixe”, que logo se viram como importantes entrepostos de caminhos de ligação da província de Minas Gerais à do Rio de Janeiro. Tais caminhos ganharam representatividade com o grande fluxo de comerciantes, viajantes, tropeiros e contrabandistas de ouro que por ali transitavam, sendo necessária a criação do “Registro do Rio Preto”, localizado onde se formava a povoação e importante ponto de comércio de itens diversos, escravos e produção agrícola, tendo como destaque a partir de 1800 o cultivo do café.

Rio Preto, a partir do ano de 1872, tornava-se oficialmente cidade, e foi uma das mais importantes povoações da Zona da Mata Mineira, sendo o mais importante entreposto comercial desta parte da Mantiqueira. De 1820 até 1880, foi uma das grandes produtoras de café da província e centro de distribuição de produtos para o Estado de Minas Gerais.

Na vertente norte da Serra Negra, a povoação de Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe (Lima Duarte) desenvolvia-se em menor intensidade, tendo como principais atividades econômicas após o período do ouro, a pecuária e a produção agrícola.

A Povoação de Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe foi elevada a cidade no ano de 1884, ganhando assim o nome de Lima Duarte (em homenagem ao Político José Rodrigues de Lima Duarte), sendo o mais importante ponto de apoio entre Rio Preto e Barbacena, considerando que o declínio da mineração na Serra Grande (Serra de Ibitipoca) deixaria a vila de Conceição de Ibitipoca adormecida, sem comércio representativo e com poucos moradores, servindo apenas de ponto de referência para tropeiros que ali passavam seguindo caminhos de acesso ao Sul de Minas, Zona da Mata e Rio de Janeiro, este último, oferecia o desafio da travessia da Serra Negra, que tinham as trilhas do “Burro de Ouro ou Cruz do Negro” e a estrada das “Voltas” como principais acessos. A trilha hoje denominada “Burro de Ouro ou Cruz do Negro” foi talvez o mais antigo dos caminhos de transposição da Serra, encontrando com a estrada das Voltas na altura do Rancho de São Gabriel (povoado do Funil).

A partir da distribuição de Sesmarias realizada na região de Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe (Lima Duarte) e Ouvidor (Rio Preto) a mando do Governador da Província de Minas, D. Rodrigo José de Menezes em 1780, grandes áreas de florestas em todo o entorno da Serra Negra foram desmatadas pelas famílias que nestas áreas se fixaram, transformando grotas e vales profundos em produtivas fazendas, considerando os padrões da época.

Durante os séculos XIX e XX prevaleceu o cultivo de milho, feijão e café, este último nas partes baixas da vertente sul, no entorno de Rio Preto e Santa Bárbara do Monte Verde. A pecuária leiteira representou, e ainda representa, a base da economia no entorno direto de toda a Serra. As pastagens naturais foram utilizadas, e posteriormente substituídas ou consorciadas, com a gramínea exótica africana Capim Gordura (*Melinis minutiflora*). Em seguida, a partir da década de 1980, esta espécie foi inserida em grandes áreas pela população local, além de outras diversas espécies da gramínea *Brachiaria*.

É de se notar que na Serra Negra nunca houve ocupação humana intensa, o que contribuiu para a preservação de seus ecossistemas. É possível observar tal fato através dos relatos de August de Saint-Hilaire, em 1822, no seu diário da Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo:

Fazenda São João, 11 de fevereiro, 3 léguas... A fazenda onde parei fica situada, exatamente na raiz da serra, e como as tropas que passam pela montanha ali fazem parada forçadamente, há grande movimento de mulas, tropeiros e viajantes. Não existe casa alguma na montanha.

No fim da segunda metade do século XIX, a agricultura praticada pela população, a qual historicamente e devido às características da geomorfologia havia sido trabalhada em caráter de subsistência, veio perdendo forças, fazendo com que a população do entorno da serra diminuíssem drasticamente esta atividade, até chegar a quase inexpressividade nos dias atuais. A pecuária ainda resiste apesar de ter enfraquecido, sendo em sua maioria, transferida e estimulada nas áreas mais baixas dos Vales dos Rios do Peixe e Preto. O êxodo rural ocasionado pelas dificuldades de acesso e ausência da energia elétrica também podem ser considerado fator determinante para o enfraquecimento da atividade agropecuária nas áreas de entorno direto da Serra Negra.

As povoações que surgiram com a abertura dos caminhos e com a ocupação e desenvolvimento agropecuário já foram mais povoadas e produtivas, tendo como ponto de vista as atividades tradicionais de produção. Hoje, estas comunidades vêm sofrendo

um novo período de transição no que tange a ocupação humana e as atividades econômicas.

As riquezas naturais da Serra Negra, Serra de Lima Duarte, Serrotes de São Lourenço e São Gabriel vem atraindo novos ocupantes, que adquirem pequenas glebas de terras dos descendentes dos antigos colonizadores. Além destes, a região vem recebendo visitantes de diversas regiões do Brasil. Neste sentido, observa-se que o turismo já é considerado uma atividade econômica representativa no entorno direto da Serra Negra e hoje vem necessitando de atenção e planejamento no crescimento urbano das comunidades do entorno, representadas pelos povoados de Monte Verde, Três Cruzes, Funil, Taboão e as localidades de Voltas, Serra Negra e Encruzilhada.

A seguir serão descritos os principais aspectos de cada uma destas comunidades.

6.5.2. São Sebastião do Monte Verde



Figura 40. Povoado de São Sebastião do Monte Verde – Lima Duarte. Foto: Marcio Lucinda.



Figura 41. Vista para a Serra Negra e Povoado de São Sebastião do Monte Verde – Lima Duarte. Foto: Marcio Lucinda.

O povoado de São Sebastião do Monte Verde (S 21°54'55" / W 43°48'41"), conhecido regionalmente como Monte Verde de Cima, está localizado no município de Lima Duarte, ocupando a face nordeste da Serra Negra. Desde sua fundação, a localidade teve como principal atividade econômica a agropecuária de subsistência. O êxodo rural na localidade e em outras áreas de influência ocorreu de forma significativa nos últimos quarenta anos. A ausência de moradores nas propriedades do entorno da Serra Negra é

facilmente verificada através do número de propriedades desabitadas, abandonadas e vendidas a turistas, ambientalistas e para o plantio de florestas de eucaliptos.

Este fenômeno contribuiu para a regeneração da vegetação nativa em algumas áreas, principalmente aquelas localizadas nas partes mais altas e encostas íngremes da Serra Negra e Serra de Lima Duarte. Há exceções em áreas com plantios de eucalipto, o que em alguns casos, teve sua implantação se estendendo por áreas em regeneração natural.

Atualmente, o turismo vem se desenvolvendo consideravelmente, e, neste sentido, a povoação resguarda em seu entorno a Fazenda das Cachoeiras do Arco Íris, propriedade particular que recebe milhares de turistas todos os anos e faz da localidade a segunda mais visitada do município de Lima Duarte, perdendo apenas para a vila de Conceição de Ibitipoca, segundo a Associação dos Municípios do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca.



Figura 42. Cachoeira do Arco Iris – Fazenda das Cachoeiras do Arco Iris – Monte Verde – Lima Duarte. Foto: Marcio Lucinda.



Figura 43. Cachoeira da Garganta - Fazenda das Cachoeiras do Arco Iris – Monte Verde – Lima Duarte. Foto: Marcio Lucinda.

Em Monte Verde também se encontra a RPPN Estadual Serra Negra, Unidade de Conservação particular com 332,28 hectares, a qual é limítrofe à área proposta para a criação do PESNM.

Segundo a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Lima Duarte, o povoado conta com quarenta e cinco famílias residentes, e nos últimos anos, a região vem sendo lentamente reabitada pelos “novos rurais”, pessoas naturais de grandes centros urbanos que buscam áreas rurais, preservadas e tradicionais, para fixarem residência ou

casas de veraneio. Estes, segundo o órgão, cultivam pequenos pomares, agroflorestas e criam gado, cavalos e animais de pequeno porte, na maioria das vezes para o consumo próprio ou em pequena escala para a comercialização local.

A população local residente atua na atividade agropecuária, florestal e no turismo. Entretanto, ainda são carentes de maiores oportunidades e emprego formal, o que contribui para que permaneçam migrando para os centros urbanos mais próximos, como Lima Duarte e Juiz de Fora.

O sistema de ensino atual determina que os estudantes residentes na comunidade sejam alfabetizados na cidade de Lima Duarte, oferecendo transporte diário para os alunos. Da mesma maneira, pessoas com necessidades especiais são atendidas pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lima Duarte.

Em relação ao atendimento médico, a população de Monte Verde utiliza a Santa Casa de Lima Duarte, e para casos mais complexos, as estruturas de atendimento e urgência da cidade de Juiz de Fora.

6.5.3. Comunidade do Funil



Figura 44. Vista parcial do Povoado de Funil – Rio Preto.
Foto: Marcio Lucinda



Figura 45. Vista interna do Povoado de Funil – Rio Preto.
Foto: Marcio Lucinda

O Povoado de Funil (S 22° 00' 23" / W 43° 53' 24"), localizado no município de Rio Preto, na porção sudoeste da Serra Negra, foi o principal ponto de descanso das tropas e viajantes que transpunham a serra desde o período colonial até meados do século XX. Antes denominado Rancho de São Gabriel, a localidade atualmente possui o nome

“Funil” devido à fazenda de mesmo nome que existiu no local, e ao sumidouro que ocorre no ribeirão que passa pela localidade.

A povoação é ainda formada por descendentes dos primeiros habitantes da região, os quais ainda praticam atividades rurais tradicionais, como a pecuária leiteira, e por pessoas que, na procura por um ambiente de montanha e rural, optaram por se mudar para a localidade. Essas pessoas, em sua maioria, empreenderam meios de hospedagem, alimentação e artesanato, atendendo assim à crescente demanda turística da localidade.

Considerando o entorno direto da Serra Negra, a região do Funil é a mais habitada, possuindo cerca de trinta residências. O entorno segue os padrões locais desta região da Mantiqueira, detentor de uma densidade demográfica relativamente considerável. É notório o surgimento de novos loteamentos fora da vila, os quais aparentemente não se encontram em áreas urbanas ou de expansão urbana, o que remete à necessidade e urgência de ações visando à regularização destas situações.

A região do entorno do povoado do Funil abrange a localidade de “Encruzilhada”, no extremo norte do município de Rio Preto, próximo das divisas com os municípios de Olaria e Bom Jardim de Minas. Apesar de existirem poucas residências, esta localidade possui com uma capela e um ponto de entrega e resfriamento do leite que é produzido na comunidade.



Figura 46. Comunidade de Encruzilhada – Rio Preto.
Foto: Marcio Lucinda.



Figura 47. Silvicultura intercalando com pastagens e florestas nativas na região de encruzilhada – Rio Preto.
Foto: Marcio Lucinda.

O sistema de ensino municipal mantém uma escola de ensino fundamental no povoado de Funil. Para os alunos do ensino médio, há transporte diário até a cidade de Rio Preto. As pessoas com necessidades especiais são atendidas pela APAE de Rio Preto.

Já em relação ao atendimento médico, a população de Funil utiliza a Santa Casa de Rio Preto, e para casos mais complexos, utiliza as estruturas de atendimento e urgência da cidade de Juiz de Fora e Valença.

6.5.4. Voltas e Serra Negra



Figura 48. Sítio na localidade das Voltas – Olaria. Foto: Marcio Lucinda



Figura 49. Capela da localidade de Serra Negra – Olaria. Foto: Marcio Lucinda.

As localidades de Voltas (S 21° 55' 58" / W 43° 53' 37") e Serra Negra (S 21° 56' 50" / W 43° 53' 37") formam a porção sul do município de Olaria e noroeste da Serra Negra. Estas localidades tiveram no passado um grande fluxo de viajantes e tropas que utilizavam do caminho das Voltas com destino a Barbacena, São João Del Rei entre outros destinos de Minas, como também caminho de acesso a província do Rio de Janeiro.

Segundo informações de antigos moradores locais, a região das Voltas e Serra Negra eram mais habitadas, tendo como atividade comum entre os moradores a agricultura e a pecuária de subsistência. A Fazenda que possui o mais antigo relato sobre suas atividades é a fazenda São João, aos pés da Serra Negra e às margens do ribeirão de mesmo nome. Em seu diário de viagens, August de Saint Hilaire, em passagem pela Serra Negra em 1822, parou nesta propriedade e comprou milho para os animais de sua tropa.

Fazenda de São João, 11 de fevereiro, 3 léguas... Segundo o costume da terra, o proprietário vale da necessidade que todos tem de recorrer a ele, e o milho se vende, tanto aqui como em S. Gabriel, muito mais caro do que qualquer outro lugar.

Outro relato interessante remonta a Revolução Liberal de 1842, quando os revoltosos comandados por José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (Futuro Barão de Cocais), montaram campanha na região das Voltas nas proximidades do Rio do Peixe, até se retirarem em debandada, receosos das tropas imperiais que montaram campanha nos arredores do Rancho de São Gabriel e posteriormente dobraram a serra passando pelas trincheiras no alto da Serra Negra, em uma “garganta”, e chegando às proximidades do rio do Peixe (Voltas e Ribeirão de São João) a “um tiro de fuzil” do acampamento dos “insurretos”.

Tais relatos escritos e verbalmente contados ao longo das gerações demonstram a importância geográfica desta região no passado. Atualmente, as localidades se encontram quase inabitadas. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde de Olaria, existem 21 (vinte e uma) residências ocupadas, contabilizando um total de 63 moradores nas áreas das Voltas e Serra Negra. Segundo a prefeitura municipal, no passado já houve um número mais significativo de residentes.

Poucos moradores ainda resistem às dificuldades impostas pela geomorfologia do local e pela falta de oportunidades de trabalho, renda e condições de produzir na terra. A atividade turística ainda não é uma realidade devido à ausência de equipamentos turísticos. Entretanto, a região resguarda grande potencialidade devido às suas características paisagísticas e importância cultural e histórica para o Estado de Minas Gerais.

O sistema de ensino atual determina que os estudantes residentes na comunidade, sejam alfabetizados na cidade de Olaria, oferecendo transporte diário para os alunos. Já em relação ao atendimento médico, a população de Voltas e Serra Negra utiliza os serviços da Santa Casa de Lima Duarte, e para casos mais complexos, as estruturas de atendimento e urgência da cidade de Juiz de Fora.

6.5.5. Três Cruzes



Figura 50. Vista parcial do Povoado de Três Cruzes – Santa Bárbara do Monte Verde. Foto: Marcio Lucinda



Figura 51. Vista interna do Povoado de Três Cruzes – Santa Bárbara do Monte Verde. Foto: Marcio Lucinda

O povoado de Três Cruzes (S 21°58'50" / W 43°58'50") está localizado no extremo sul da Serra Negra, no município de Santa Bárbara do Monte Verde. A povoação foi edificada à margem do Ribeirão da Conceição, como nos demais vilarejos da região, o qual serviu de ponto de apoio a tropeiros e aos pioneiros que desbravaram as partes mais selvagens da Serra Negra.

Antes pertencente ao município de Rio Preto, com a emancipação de Santa Bárbara do Monte Verde, o vilarejo e seu entorno guarda a maior parte da Serra Negra na vertente sul.

A vila e seu entorno não conta com muitos moradores. Entretanto, é crescente o número de casas de veraneio, hoje totalizando aproximadamente 25 (vinte e cinco) casas na localidade. Destaca-se ainda que o crescimento urbano do povoado não possui planejamento e aparentemente não obedecem às normas e critérios obrigatórios previstos pela legislação vigente.

A atividade econômica da localidade gira em torno da produção agropecuária. A atividade turística, apesar de possuir grande potencial, ainda não tem uma representatividade expressiva, uma vez que na comunidade não existem equipamentos turísticos, e segundo a Secretaria de Estado de Turismo, o município não dispõe de políticas públicas para o setor.

O sistema de ensino atual determina que os estudantes residentes na comunidade, sejam alfabetizados na cidade de Santa Bárbara do Monte Verde, oferecendo transporte diário para os alunos.

Já em relação ao atendimento médico, a população de Três Cruzes utiliza a Santa Casa de Rio Preto e Lima Duarte, e para casos mais complexos, as estruturas de atendimento e urgência da cidade de Juiz de Fora.

5.5.6. São Sebastião do Taboão



Figura 52. Vista parcial do Distrito de São Sebastião do Taboão - Bom Jardim de Minas. Foto: Arquivos do Parque Municipal do Taboão.



Figura 53. Cachoeira do Remanso – Parque Municipal do Taboão – Bom Jardim de Minas. Foto: Marcio Lucinda.

A Vila de São Sebastião do Taboão (S 21° 59' 11" / W 44° 02' 01") é um distrito pertencente ao município de Bom Jardim de Minas, e se encontra geograficamente localizada no entorno da Serra Negra, já sendo detentor de uma Unidade de Conservação, o Parque Municipal de Taboão, criado pela Lei Municipal nº 1.380/2013. Ressalta-se que esta unidade possui considerável visitação turística, apesar da vila ainda carecer de equipamentos e infraestrutura básica.

A vila possui 46 (quarenta e seis) residências e 512 (quinhentos e doze) habitantes, segundo informações da Secretaria de Turismo de Bom Jardim de Minas, utilizando dados do Programa Saúde da Família. A pecuária leiteira é considerada sua principal atividade econômica, e atualmente, o turismo vem se tornando realidade, já existindo 01 (uma) pousada e 01 (um) restaurante, os quais atendem os visitantes do Parque Municipal do Taboão.

No distrito existe uma escola que alfabetiza o ensino fundamental. Os alunos do ensino médio estudam na cidade de Bom Jardim de Minas utilizam transporte escolar público diário. Pessoas com necessidades especiais são atendidas pela APAE de Bom Jardim de Minas.

Já em relação ao atendimento médico, a população de Taboão utiliza o Hospital de Bom Jardim de Minas e a Santa Casa de Lima Duarte, e para casos mais complexos, as estruturas de atendimento e urgência da cidade de Juiz de Fora.

Vale ressaltar que esta localidade não está inserida em nenhum dos quatro municípios que possuem território na área proposta da criação da nova Unidade de Conservação. Entretanto, devido à sua proximidade com a futura unidade, poderá haver grande influência no desenvolvimento socioambiental local.

6.6. Evolução Histórica da Região da Serra Negra da Mantiqueira

As primeiras ocupações por parte dos colonizadores na região da Serra Negra não diferem de outras áreas da região, ou seja, tinham como objetivo a procura pelo ouro. A pequena produtividade de ouro não impediu a colonização da região do “Sertão do Rio Preto” na vertente sul da Serra Negra, e “Rio do Peixe” na vertente norte da mesma serra, que logo ganharam importância como entrepostos de caminhos de ligação da província de Minas Gerais à do Rio de Janeiro. Por sua vez, a Serra Negra representava a principal barreira natural a ser transposta entre estas duas povoações e, seguramente, juntamente com a Serra do Mar, a mais difícil de todo o caminho até Barbacena e São João Del Rei.

A povoação de Olaria surgiu da necessidade de descanso por parte dos tropeiros e viajantes após transporem a Serra Negra, ou por necessitarem de descanso para a travessia da mesma serra, com destino à província do Rio de Janeiro. Representa talvez a mais clara influência da Serra no surgimento das povoações da região.

A trilha atualmente denominada “Cruz do Negro ou Burro de Ouro” era na época também um dos principais caminhos de transposição da serra, e ligava diretamente Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe (Lima Duarte) e Santo Antônio da Olaria ao Rio Preto, passando pela parte alta da serra, encontrando com a estrada das Voltas na altura do Rancho de São Gabriel (povoado do Funil).

Os caminhos da Serra Negra foram palcos de importantes passagens e acontecimentos da história de Minas Gerais, como a provável utilização dos mesmos por Tiradentes enquanto comandante do destacamento do Caminho Novo, aos quais tinha sob sua guarda os tão usados caminhos da Serra Negra para o descaminho do ouro. Sobre Tiradentes na região lê-se o seguinte:

...Em 19 de julho de 1781, D. Rodrigo José de Menezes expedia instruções ao Comandante do Destacamento do Caminho Novo, alferes José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, pelas quais deveria se reger.

Em 26 de setembro desse mesmo ano, Tiradentes dava conta ao Governador da capitania de suas atividades, sobre a fundação de "Caminho Menezes", e da vigilância sobre as margens do Rio Preto. Grande número de habitantes, a essa altura, vivia naquelas paragens, tornando-se necessária a distribuição de terras. (IBGE).

O naturalista Francês Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu grande parte do Brasil entre 1816 e 1822, pesquisou por duas ocasiões as montanhas da Serra Negra, se hospedou no Rancho de São Gabriel (Funil) e na Fazenda de São João (Olaria), fazendo pesquisas botânicas e descrevendo em seu diário a relação entre os tropeiros que ali descansavam, o movimento das tropas e a população residente que utilizava daquelas terras e caminhos.

Saint-Hilaire na ocasião também descreveu as areias brancas (quartzosas), os costumes e o comércio nas fazendas às margens dos caminhos da Serra Negra e Rio do Peixe, onde atualmente se encontra o município de Olaria

Diante da relevância destes trechos do diário de Saint-Hilaire, referindo-se à Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, é relevante a transcrição destes relatos de fevereiro de 1822:



Figura 54. Auguste François Cesar Prouvençal de Saint-Hilaire 1779 – 1853. Fonte: www.parquedaciencia.blogspot.com.br

São Gabriel, 7 de fevereiro, 3 léguas. Sempre florestas virgens e montanhas. Muito antes de se chegar a São Gabriel, avista-se a Serra Negra, tornando-se mais austero o aspecto da região. O rancho de São Gabriel fica situado numa depressão, quase a raiz da Serra Negra, e a algumas centenas de passos de um riacho.

De todos os lados vemo-nos rodeados de sombrias florestas e altas montanhas, entre as quais a Serra Negra é a mais elevada. Pedi ao moço que toma conta da venda, da qual depende o rancho, me permitisse ficar na casinhola em que pernoitara na outra viagem.

Deu-me tal licença, mas ficarei muito mal acomodado, pois esta ele atravancada de bancos e girais. Não deve, além disto, esquecer de observar que a casa se acha coberta com caules de palmeiras. O tronco dessas arvores é mais ou menos duros na periferia, mas tem no centro uma medula muito tenra. Corta-se-lhe pelo meio, tira-se-lhe o miolo e, assim, se forma verdadeiras calhas que se colocam no teto tal qual se procede com as telhas ocas, isto é, se uma apresenta o lado côncavo, a vizinha apresenta o lado convexo. Em Valença existem muitas casas assim cobertas.

São Gabriel, 8 de fevereiro. Pela manhã, por volta das nove horas, e em companhia de Firmino subi a Serra Negra. A raiz dessa montanha já ostenta mata virgem de grande frescor e cuja vegetação é muito variada. A cerca de um quarto de légua de São Gabriel construiu-se, quase às margens de pequeno rio, um rancho e venda, que não existiam por ocasião de minha primeira viagem. Ao alcançar-se certa altura, muda o terreno de aspecto. Depois de ter sido argiloso, não ostenta senão rochedos e ou areia quartzosa branca e grosseiramente pisada. Varia a vegetação ao mesmo tempo que o solo.

As matas virgens sucedem-se carrascais muito cerrados e copados, que se compõe de uma quantidade de árvores de diferentes espécies e principalmente arbustos tais como uma erícia, grande número de mirtáceas e cássias, várias laurineas e uma melastomácea, de grandes flores roxas, as plantas desses carrascais não são

tão duras e secas quanto as dos tabuleiros cobertos e mostram-se muito menos aquosas que as das matas virgens.

Facilmente se compreende que não é a diferença de nível e sim a do solo que influi na vegetação. Com efeito existe exatamente na raiz da serra, espaço bastante considerável, constituído por um quartzo pisado, semelhante ao que acima descrevi. Ali se encontra a maioria das plantas do cume da montanha. Demorei-me muito para analisar as numerosas plantas recolhidas. Assim, precisarei passar aqui o dia de amanhã.

São Gabriel, 9 de fevereiro. Passei todo o dia analisando e descrevendo as plantas trazidas da Serra e não sai um só instante do meu quartinho. Embora seja o estudo das plantas o escopo de minha viagem, verdadeiro dever e a mais agradável ocupação, acabei por ficar com a cabeça cansada de tantas análises, e infelizmente não pude acabar todas as que tinha que fazer. Apesar da rapidez com que trabalhei, vi que serei obrigado a ainda aqui ficar amanhã.

Refletindo no tempo exigido pela viagem que empreendi, deixei-me aos poucos resvalar para a mais sombria melancolia. Tenho o mais ardente desejo de dar a minha mãe o consolo de me abraçar ainda. Temo que, chegando à França no inverno, não possa suportar o rigor do frio, e vejo na quase impossibilidade de embarcar em junho. Tudo isso me perturba e quase me leva a abreviar a viagem.

São Gabriel, 10 de fevereiro. Passei ainda o dia todo analisando. Como trabalhei menos que ontem, estou menos cansado. As tropas passaram incessantemente pelo rancho. Em França, traria isto gritos, injurias, disputas. Aqui, tudo se passa em paz. Todos trabalham sem o menor barulho. O mais sujo tocador de porcos fala com doçura e polidez. Trocam-se entre desconhecidos pequenos obséquios necessários, e todos vivem na melhor harmonia.

Nos encontros das estradas, ninguém jamais deixa de saudar um viandante. Quando se vai tomar lugar num rancho, cumprimentam-se os primeiros ocupantes, e logo se travam a conversação.

Quase todos que por aqui passaram ontem vieram ver-me trabalhar. Nenhum deixou de perguntar qual o fim de meu trabalho, testemunhando o desejo de ver minha lente. São estes homens as vezes importunos, mas sempre polidos.

Fazenda de S. João, 11 de fevereiro, 3 léguas. Deixei esta manhã São Gabriel e passei a Serra Negra. Apenas se atravessa o Rio São Gabriel acha-se um terreno quartzoso, branco, grosseiramente pisado, e misturado com ligeira porção de terra vegetal. Este terreno, semelhante ao que se encontra nas partes mais altas da montanha, ostenta também vegetação. Ali, abundam as melastomáceas, as aricíneas, e outras, a que já me referi neste diário, em 8 de fevereiro, e só crescem igualmente arbustos.

A medida que a proporção de terra vegetal aumenta, as árvores reaparecem e o caminho se torna encantador. Não se nota ali a menor desigualdade e parece ter sido ensaibrado pela mão do homem. E serpenteia como uma rua de jardim inglês entre enormes árvores de uma quantidade de espécies diferentes. Os galhos entrelaçados formam uma abóboda impenetrável aos raios do sol. A vizinhança do rio faz aumentar a frescura deste passeio sem céu, o ar ali é perfumado pela melastomácea, cujas flores brancas, dispostas em ramalhetes delicados, contrastam com o verde escuro das plantas vizinhas. Adiante, o solo torna-se mais argiloso, os boques não são mais tão variados, e não crescem tantos arbustos. O caminho alarga-se e não é mais tão bonito. Possui, ainda, encanto entre o rio e as árvores e continua-se a gozar a deliciosa frescura.

A um quarto de légua de São Gabriel, encontra-se uma venda e um rancho que não existiam ainda, quando subi a serra, há três anos. Construíram-no depois de melhorarem um pouco o caminho da montanha. Agora, é mais frequentado.

Só depois de se passar a venda e um regato que corre perto começa-se a subir em seguida continuamente.

Cerca de quarto de légua depois da venda, o terreno se mostra composto de areia grossa e terra acinzentada. Os bosques continuam ainda, mas tornam-se muito mais pobres.

Ali é que se começa a descortinar a região. Em lugar algum pode abranger tão vasta extensão. Para onde quer que se volte o observador, avistam-se apenas florestas e montanhas...

De tempos em tempos, o caminho se torna extremamente agreste. Nos trechos de mata, apenas deixa frequentemente estreita vereda, atravancada de raízes. Pelo meio dos carrascais, passa-se sobre rochas escorregadias onde as mulas custam a se equilibrarem. Em certo lugar não tem mais que pé e meio de largo. De um lado é margeado por rochedos; do outro, domina precipícios.

Por ali subíamos ainda, quando passou ponta de gado muito numerosa, e dividida, segundo o costume, em diversos lotes. Estava então em uma das partes mais largas do caminho...

A vista se torna mais extensa ainda. Acaba-se por divisar as montanhas do Rio de Janeiro que se perdem num horizonte vaporoso. Ao descer da montanha, encontram-se menos carrascais. Entretanto, é só embaixo que a vegetação encontra o vigor ordinário das matas virgens.

Era tempo de chegar, pois o calor estivera muito forte durante todo o dia, eu caminhava quase sempre a pé, carregando minha bolsa que acabara se tornando pesada.

A fazenda onde parei fica situada, exatamente, na raiz da serra, e como as tropas que passam ela montanha ali fazem parada forçadamente, há grande movimento de mulas, tropeiros e viajantes. Não existe casa alguma na montanha.

Segundo o costume da terra, o proprietário vale da necessidade que todos têm de recorrer a ele, e o milho se vende, tanto aqui como em São Gabriel, muito mais caro do que em qualquer outro lugar.

Os meus pequenos guaranis saíram do Rio de Janeiro montados no mesmo burro; um no arreio e outro na garupa. Mas o animal machucou-se muito ao cabo de alguns dias. Não pode ser utilizado atualmente senão por uma das crianças. Eu as fazia cavalgar, ora uma, ora outra, e quando andava a pé, deixava quase sempre minha mula ao que não podia ir montado. Apesar disto, ambos andaram muito e correram a valer para apanhar insetos. Diogo, ao chegar, sentiu-se incomodado e dei-lhe chá bem quente para o fazer suar. Não há em seu estado nada que me possa, razoavelmente, alarmar; mas apaguei-me de tal forma a estas crianças que não posso sopitar viva inquietação. (Saint-Hilaire 1822).

Referindo-se ainda sobre outros acontecimentos e às passagens de relevantes personalidades pela Serra Negra, vale transcrever a formação de campanha pelas tropas imperiais comandadas pelo Barão de Caxias, futuro Duque de Caxias e seus irmãos na Revolução Liberal de 1842, nos arredores do atual povoado do Funil e às margens dos

rios São João e Peixe, em Olaria, como é descrita parte da obra de Eduardo de Menezes (1906) em Delgado (2009):

... os Oficiais desta coluna, Joaquim Leonel de Azevedo, João Manoel e o Padre Manoel José de Dias, insistiram para que a coluna tomasse posição no alto da Serra Negra, no lugar atravessado pela estrada do Rio do Peixe, formando uma garganta, reforçando um destacamento já ali postado sob o comando de João Manoel, donde podiam repelir a Força da 3ª coluna em sua passagem.

A coluna revolucionaria já muito desfalcada, partiu, com efeito, do Rio do Peixe para a Serra Negra, reduzida a pouco mais da quinta parte, e, pior do que isso, desanimada.

A garganta da Serra Negra, alta cadeia de montanhas que se continua ao norte da Mantiqueira, dava passagem por um corte aberto no ponto mais fácil, formando um leito de estrada estreito, ladeado de barrancos de cerca de onze metros de altura. Os terrenos superiores a estes barrancos eram forrados de espessa mata virgem, e, os insurretos tinham feito do lado direito, como entrincheiramento, uma estacada de madeira, por onde mais comodamente dominavam a estrada, e poderiam operar, auxiliados pela estreiteza da mesma, que não permitia a tropa ou muares e aos pedestres, senão uma a um ou dois a dois.

Caminhando a marchas forçadas para exercitar a força, o Comandante Monteiro de Barros alcançou a Serra Negra desde o Rio Preto em três dias, atingindo-a em 15 de julho. Sujeito naquela garganta às dificuldades que ela opunha à passagem, sem porém ser incomodado pelos insurretos, provavelmente retraídos pela surpresa, pelo terror dos armamentos e pela ordem e disciplina das Tropas de Linha.

Neste mesmo dia 15 de julho, tarde, depois de transposta a Serra Negra, a Força imperial acampou, e o Tenente-Coronel José Joaquim de Lima e Silva, comandando um piquete, adiantou-se para postar-se como guarda avançada protegendo o acampamento; achando-se próximo o acampamento dos insurretos, e a distância de tiro de fuzil, estes em número de 100 homens atacaram o piquete.

Em tempo o Comandante Gabriel Monteiro de Barros acudiu com o grosso da coluna em socorro do Tenente-Coronel José Joaquim de Lima e Silva, que, estendendo a sua força em linha de atiradores, flanqueou os insurretos pela direita da estrada, de seu lado mais alto, com o intuito de cercá-los e desalojá-los de suas posições, enquanto que o Comandante Gabriel Monteiro de Barros, com a Infantaria e a Cavalaria apeada interpôs-se entre as forças insurretas e a vanguarda da coluna, protegendo-a.

Vendo-se cercados e em crítica situação, os insurretos hastearam a bandeira branca e mandaram como parlamentar o Padre Manoel Rodrigues do Couto pedir que lhes enviassem parlamentar de confiança, pois tinham propostas a fazer; atendidos, foi ter com eles o Tenente-Coronel Lima e Silva em pessoa, propondo eles a suspensão das hostilidades por seis dias, enquanto enviavam próprios a São João Del Rey a entender-se com José Feliciano sobre as condições de paz; ao que não anuiu o Tenente-Coronel Lima e Silva, declarando que não aceitava propostas, mas exigia a imediata deposição das armas.

Ainda sobre o desenrolar dos acontecimentos, lê-se o seguinte:

...As manobras executadas com prontidão pelo Exército Imperial, o seu aparelhamento bélico e a intimação do Tenente-Coronel Lima e Silva aterrorizaram os insurretos que, em caminho de seu acampamento se fizeram em debandada, estabelecendo-se a desordem, não sendo possível contê-los, pois o próprio Tenente-Coronel que comandava o batalhão de Ibitipoca por sua vez desertou; então, o Alferes João Nepomuceno resolveu retirar-se com 50 homens do Batalhão de Carrancas, comandado pelo Major João Leonel de Azevedo Paiva...”

“Na madrugada seguinte, 16 de julho, o comandante Gabriel Monteiro de Barros, tendo disposto tudo como convinha para dar um ataque decisivo aos insurretos em seu acampamento, pôs-se em movimento mandando uma companhia disposta em linha de atiradores, visto que a forte cerração do mês de julho impedia reconhecer a distância posição do inimigo. Deste modo, o Tenente-Coronel Lima e Silva chegou ao acampamento encontrando-o abandonado, com mantimentos, cavalos, gado, armas e objetos de uso, pelos quais se calculou a Força insurreta em 200 a 300 homens...”

Hoje ainda existem relatos de pessoas com idade avançada da região, que ouviam de seus antepassados histórias sobre o fato de após a quase batalha, encontrar espalhadas por entre matas e pastos, armas dos insurretos debandados. Muitas destas armas ficaram sendo utilizadas para caça nas fazendas da região.

As sesmarias concedidas a partir de 1780, que, posteriormente se desmembraram em fazendas, que por vez foram se subdividindo no entorno da Serra Negra, nunca tiveram a mesma produtividade e representatividade que as propriedades das partes mais baixas dos vales do Rio Preto e Rio do Peixe, deixando assim a Serra Negra desde o início da colonização com maiores remanescentes naturais que outras áreas da região.

Um importante acontecimento, que remonta os anos de 1959 e 1960, demonstra a permanência da vegetação nativa na Serra Negra no auge da devastação das florestas da região. Em documentos dos arquivos familiares do Analista Ambiental do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, André Portugal, descobriu-se uma expedição da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, realizada em outubro de 1959. A expedição de cunho científico, é descrita da seguinte forma, juntamente com um convite para discutir a proposta da criação de um parque no local:

Com a visita ao município de Rio Preto, da ilustre Comissão de Naturalistas do Museu Nacional, composta dentre outros dos Srs. Professores Dr. Harold Strang, Fuad Atala, Alberto Castelhanos, conduzidos pelo nosso conterrâneo Sr. Helio Paiva, em outubro do ano findo, deixaram lançada a semente para a “FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA” atuar em Rio Preto.

Dentre os lugares visitados, despertou maior interesse o Chapadão da Serra Negra situado em terras da fazenda “Pinheiros” de propriedade do Sr. Ary de Almeida Campos.

O ambiente paisagístico ainda conserva o legado da flora, e, naturalmente da fauna original, restante do retrato do que fora outrora as reservas naturais deste rincão.

Cogitando-se seriamente de se estabelecer o “Parque da Serra Negra”, estimulados pelos Eng^o. Agrônomo Dr. Harold Strang, encarregado geral do Centro de Pesquisas Florestais e de Conservação da Natureza e membro do Conselho Florestal Federal, vimos convidar o distinto amigo, como elemento sabidamente apreciador da natureza, quer como caçador, quer como vinculado a terra e suas belezas naturais, para uma reunião no próximo dia 1 de maio, às 14:00 no salão da Câmara Municipal.

Contando com sua presença e solidariedade, receba atenciosas saudações da Comissão: Juracy de Almeida Campos, Antônio Carlos Souza Lima, Guilherme Furtado Portugal, Júlio Souza Lima, Antônio Gonçalves Ferreira.

Rio Preto, 25 de abril de 1960



Figura 55. Comissão de Naturalistas do Museu Nacional e representantes locais na “Toca do Chapadão” – Três Cruzes – Serra Negra – 1959. Fonte: Acervo - André Portugal



Figura 56. Comissão de Naturalistas do Museu Nacional e representantes locais na Serra Negra, região do Chapadão – Três Cruzes – 1959. Fonte: Acervo - André Portugal

Em publicação do jornal Diário de Minas, em 20/11/1959, lê se sobre a expedição e suas conclusões:

RIO PRETO – (Diário de Minas) – Advoga o Jornal “O Município” que se edita nesta cidade, que somente com a criação de um parque florestal salvar-se a Serra Negra de uma devastação total, uma vês que faltou chuva aquela zona, durante mais de quatro meses. Trata-se de uma zona rica em pecuária e que se encontra

abandonada. Agora surgiu um movimento de recuperação, liderado pela Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza que está cogitando de problema com real interesse. Deste modo, encontrou a maior receptividade de formar ali um parque florestal. A fim de examinar a situação “in loco” visitou Rio Preto uma comissão que visa colocar realidade esta benemérita ideia.

Diante das pesquisas de Saint-Hilaire, que curiosamente de tantas espécies coletadas o fez ficar na Serra Negra dois dias a mais que o planejado, a fim de findar todas as análises necessárias, e, desta iniciativa ainda nas décadas de 1950 e 1960, fica evidente que a Serra Negra sempre atraiu os olhares e o interesse de naturalistas e cientistas, que há quase dois séculos relatam, estudam e buscam a preservação de sua biodiversidade e grandeza paisagística.

Assim como aconteceu com a vizinha Serra de Ibitipoca no fim do século XX, no início do século XXI, a Serra Negra inicia uma nova fase de ocupação e desenvolvimento econômico. Como no passado a agropecuária representou e ainda representa o desenvolvimento econômico e a sobrevivência humana no entorno da serra, hoje a atividade turística vem se inserindo gradativamente e ganhando espaço no desenvolvimento econômico de toda a região. Para a Associação dos Municípios do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca (AMATUR – Ibitipoca, 2015):

...a atividade turística está a cada dia mais enraizada na região, desde a década de 1980 é uma atividade econômica crescente e necessita de atenção no planejamento, controle e normatização. Na Serra Negra a atividade turística já acontece, vem ganhando notoriedade e movimenta a economia dos municípios de Rio Preto e Lima Duarte.

Grande parte da população hoje residente no povoado do Funil já tem o turismo como única ou principal atividade econômica, como pode ser identificado no Inventário da Oferta Turística do Município de Rio Preto.



Figura 57. Tradicional propriedade rural ainda em atividade do entorno da Serra Negra, construída seguindo os padrões arquitetônicos ainda da época da colonização. Foto: Márcio Lucinda.



Figura 58. Pousada no entorno da Serra Negra, seguindo padrões arquitetônicos contemporâneos e com requintes necessários para atender os turistas que frequentam a região. Foto: Márcio Lucinda.

Percebe-se que na atualidade, as atividades turísticas e agropecuárias não competem entre si, mas se complementam, gerando aumento na comercialização de produtos da terra e atratividade turística rural nas áreas do Funil e Monte Verde.

A Serra Negra é inegavelmente rica no contexto histórico cultural. A região, por se localizar em uma área geograficamente estratégica, ideal para a construção de caminhos, ocasionou em uma ocupação humana singular.

É recomendável um aprofundamento nos estudos históricos e arqueológicos da Serra Negra e seus caminhos, buscando assim a identificação de sítios arqueológicos, acontecimentos e eventos que ocorreram durante a utilização desta área como uma das principais passagens para a ocupação e formação do estado de Minas Gerais.

6.7. Caracterização econômica

A região da Serra Negra não se encontra distante das principais cidades da microrregião, porém, por se localizar em uma área de difícil acesso devido à geomorfologia local, não obteve um desenvolvimento agropecuário e econômico que sustentasse e ou mesmo expandisse a ocupação humana na serra e seu entorno.

Diante da realidade observada *in loco*, pode se afirmar que algumas atividades econômicas existem, porém, em pequena escala e de forma limitada.



Figura 59. Produtor agropecuarista familiar preparando trato para seu rebanho, no entorno da Serra Negra. Foto: Márcio Lucinda.



Figura 60. Proprietário de pousada e sua equipe recebendo jornalistas no entorno da Serra Negra. Foto: Márcio Lucinda.

6.7.1. Pecuária

A pecuária, juntamente com a agricultura, é a atividade econômica mais praticada na região desde o período colonial. A pecuária leiteira ocorre em baixa escala, a produção é comercializada para os laticínios das cidades de Lima Duarte, Rio Preto, Olaria e Bom Jardim de Minas. A média diária de produção se encontra entre 50 e 200 litros de leite por produtor.

Esta atividade, mesmo que pequena, garante a sustentabilidade da maioria das famílias rurais da região. Os laticínios abastecidos pela produção dos pequenos produtores rurais desta e de outras áreas dos municípios vizinhos à Serra Negra geram empregos e renda nas sedes dos municípios. A produção em sua maioria é comercializada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, cidade de Juiz de Fora e às margens das estradas e rodovias da região.

A pecuária de corte ocorre ainda em menor escala devido às barreiras impostas pela topografia montanhosa, mas também pode ser considerada uma atividade complementar na renda de alguns pecuaristas da região.

6.7.2. Turismo

O turismo é uma atividade econômica recente na região da Serra Negra, mas já expressiva para os padrões da Zona da Mata Mineira. Os empreendimentos e equipamentos turísticos identificados no Inventário da Oferta Turística de Rio Preto,

mostra que o turismo vem gerando a cada ano a necessidade de novos investimentos e ampliação de equipamentos e infraestruturas.

Iniciado na Serra de Ibitipoca, em Lima Duarte, o turismo, na atualidade já demonstra ser uma das mais importantes atividades econômicas da região. Para citar um exemplo, o Parque Estadual de Ibitipoca atualmente contabiliza cerca de noventa e cinco mil visitantes por ano, atraindo assim grandes investimentos e obras públicas em seu interior e entorno.

A demanda pelo destino eco-turístico em Ibitipoca, atrelado a projetos e ações fomentadas pelas instituições do setor, geram possibilidades e oportunidades de crescimento da atividade em outras áreas e localidades da região, entre elas a Serra Negra, que guarda juntamente com a Serra de Ibitipoca as maiores concentrações de atrativos turísticos naturais, como cachoeiras, grutas, florestas, campos e uma grande diversidade de paisagens.

Tabela 10. Inventários da Oferta Turística dos Municípios e pesquisas de campo.

Município	Equipamentos Turísticos no entorno imediato da Serra Negra		
Rio Preto	Hospedagem	06	Pousadas / Hotel Fazenda
	Alimentação	04	Restaurante / Bar
	Lazer / ecoturismo	03	Fazendas e sítios com atrativos naturais e esportes de aventura
Lima Duarte	Hospedagem	03	Camping / Chalés / Casa de aluguel
	Alimentação	01	Bar / Restaurante
	Lazer	01	Reserva particular / Fazenda
Olaria	Hospedagem	0	
	Alimentação	01	Churrascaria
	Lazer	0	
Santa Bárbara do Monte Verde	Hospedagem	0	
	Alimentação	0	
	Lazer	1	Bar / Cachoeira

6.7.3. Agricultura

Até o final do século XX, a atividade agrícola na região ocorria na maioria das propriedades rurais da região. As culturas mais comuns eram o milho, feijão, café e arroz, que eram armazenadas nas próprias fazendas em “paióis” e utilizadas para a subsistência familiar dos proprietários, funcionários e dos animais, como porcos, galinhas e gado leiteiro. A comercialização acontecia normalmente quando havia excesso na colheita.

Segundo relatos e conversas informais com antigos proprietários rurais da região, o êxodo rural contribuiu para o quase total desaparecimento das roças e plantações no entorno da Serra Negra.

Atualmente, segundo a EMATER de Lima Duarte já não mais se pode considerar a existência de agricultura no entorno direto da Serra Negra, existem apenas algumas plantações de milho para a produção de silagem para o gado e ocorrem esporadicamente pequenas plantações de feijão, milho, mandioca, hortaliças e frutas para subsistência.

6.7.4. Silvicultura

Diferentemente da agricultura e pecuária que vem perdendo forças nos últimos anos, a silvicultura vem ganhando destaque e se expandindo por grandes áreas no entorno direto da Serra Negra.

Atividade inexistente até 20 (vinte) anos atrás, o fomento ao eucalipto ganhou investimentos e ocupou áreas antes utilizadas pela pecuária e agricultura.

6.7.5. Comércio

No entorno direto da Serra Negra observa-se ainda um comércio incipiente. Esta carência pode ser refletida pela baixa densidade populacional dos povoados, causada pelo êxodo rural e pelo turismo com alta sazonalidade.

Entretanto, em cada povoado podem ser encontrados pequenos estabelecimentos de comércio, localmente denominados “bar” ou “venda”, os quais abastecem os moradores locais e visitantes com produtos básicos de primeiras utilidades.

As famílias e os meios de hospedagens do entorno imediato da Serra Negra utilizam o comércio das sedes de seus municípios e até mesmo da cidade de Juiz de Fora para adquirirem mensalmente suas compras diversas.

6.7.6. DNPM

A área de estudo não se localiza em região de grandes interesses por seu potencial mineral. Assim, grande parte da área e entorno encontra-se esparsamente requerida junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, para fins de lavra futura.

Foram encontrados na área de estudo 09 (nove) processos DNPM, em diversas fases administrativas, especialmente em pesquisa, conforme pode ser observado na figura 61. Os principais requerimentos estão relacionados ao quartzo, manganês, bauxita e areia. Os históricos desses processos mostram diversas fases, desde os requerimentos de pesquisas, autorização de pesquisa, requerimento de lavra, concessão de lavra e desistência de áreas.

Apesar desse interesse, nenhuma empresa legalizada encontra-se atualmente em atividade no interior da área de estudo, sendo observados, no entorno, a extração de areia, próximo a comunidade de Monte Verde em Lima Duarte.

7. ARQUEOLOGIA

Diante da revisão bibliográfica e das informações prévias recebidas pela comunidade sobre a área proposta para a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, sobre a existência de sítios históricos e pré-históricos, o estudo técnico de criação apresenta um item específico sobre esta temática, o qual se apresenta como mais um elemento de grande importância para justificar a criação de uma Unidade de Conservação naquela localidade.

Pelo fato do Instituto Estadual de Florestas (IEF) não possuir uma equipe mínima de arqueologia, o qual viabilizaria efetuar levantamentos na área de estudo através de malhas direcionadas e *transects*, optou-se por adotar duas estratégias: levantamento etno-histórico através da bibliografia disponível e entrevistas com moradores locais.

O levantamento etno-histórico, através de revisão bibliográfica, enfatizou a presença indígena na região dos estudos, bem como os fatos históricos que marcaram a presença humana na região da Serra Negra.

As entrevistas com moradores locais foram direcionadas para determinadas pessoas que poderiam fornecer informações potencialmente interessantes para o levantamento arqueológico na Serra, como ex-moradores daquela localidade, descendentes dos antigos grupos indígenas, professores de História dos municípios, etc.

Desta forma, foi elaborado o levantamento do potencial arqueológico apresentando informações sobre a presença indígena na localidade, os fatos históricos e ao final, indicou-se as principais áreas da Serra Negra que podem apresentar evidências, vestígios ou estruturas arqueológicas.

Após a criação da futura Unidade de Conservação, poderá ser iniciado o processo de elaboração de seu Plano de Manejo, uma exigência legal conforme a Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), no qual uma equipe de arqueólogos poderá ser contratada para realizar um detalhado levantamento na área de estudo, inspecionando os diversos tipos de ambientes dentro do polígono proposto para identificar sítios arqueológicos históricos e pré-históricos, propondo ações para seu manejo, de forma a promover atividades científicas, turísticas e educativas, e contribuindo para valorizar o patrimônio arqueológico e, por extensão, o próprio Parque.

7.1. Levantamento Etno-Histórico

Conforme Rocha (2008), no século XVIII, a Zona da Mata, como o próprio nome sugere, era coberta por densas matas, também denominadas de Sertões Proibidos, pelas autoridades da Colônia e da Capitania, que a consideravam uma defesa natural contra o contrabando de ouro. Para viabilizar a fiscalização dos portugueses, as riquezas naturais deveriam seguir pela estrada oficial que ligava Ouro Preto ao Porto do Rio de Janeiro.

E neste contexto marcado pelo controle e pela vigilância, o processo de colonização da Zona da Mata mineira remonta ao início do século XVIII, no qual a própria construção do Caminho Novo, atribuída como um grande feito de Garcia Paes foi, na verdade, uma apropriação de rotas indígenas, do mesmo modo que, ao longo do Caminho, o estabelecimento de núcleos e pousos se deu nos espaços de antigas aldeias (VENÂNCIO, 1999).

Desde sua inauguração, o Caminho Novo consistiu em uma preocupação da Coroa Portuguesa de povoar os campos que circundavam o trajeto, concedendo sesmarias principalmente entre os anos de 1710 e 1720. Conforme observações do Jesuíta Antonil (ANTONIL, 1967), os principais estabelecimentos foram os de Simão Pereira, Matias Barbosa e a **Fazenda do Bispo, esta última no entorno da Serra Negra.**

Por ser a Mata Mineira a “Zona Proibida” com o propósito de evitar o contrabando e escoamento do ouro de modo ilegal do centro aurífero para o litoral do Rio de Janeiro, o local consistia em uma barreira natural. Contudo, além dessa dificuldade havia ainda a presença de povos indígenas que apresentaram resistência ante a invasão do seu território. De acordo com Mercadante:

...a administração vedava o povoamento, nesta área, por política fiscal, a fim de proteger o erário. Procurava-se manter a ligação da capitania ao Rio de Janeiro apenas por uma rota, com o fito de resguardar a Coroa do descaminho e contrabando. Este cuidado principal sustenta Caio Prado Junior, motivo por que tão pouco progredia a ocupação da Mata, nome que se deu a zona de oposição ao resto da capitania e onde a densa cobertura florestal era característica...Com este impedimento a “Zona Proibida” se tornou uma grande área de preservação ambiental e cultural. Tal proteção persistiu até meados do século XVIII com a chegada do colonizador (1973: 25).

José (1965: 12) compartilha da mesma opinião e afirma que “um dos primeiros obstáculos para ocupar o Leste não era mais a mata, que na verdade se consistia em bem de riqueza, mas o indígena”. A abertura da região para a intensificação da

colonização será em meados do século XVIII, quando a Coroa Portuguesa impulsiona a organização de entradas e bandeiras para o desbravamento de novas áreas de modo a gerar descobertas minerais, visando à manutenção do sistema mercantilista no mercado europeu. No que tange às populações nativas, a orientação da Metrópole estava voltada para a instalação de aldeamentos com vistas ao domínio da população indígena e sua inserção como mão-de-obra escrava, proporcionando a liberação territorial concedida à elite oligárquica.

Sendo assim, os grupos indígenas conhecidos historicamente dessa região foram os índios **puris, coroados, coropós e botocudos**, que foram tratados genericamente de “Tapuias” e ocupavam diversas áreas da Zona da Mata. Entretanto, as informações sobre eles são confusas e dificilmente será viável estabelecer uma classificação correta destes grupos, devido a sua quase extinção e falta de documentação histórica para se ter certeza sobre a origem étnica e linguística de cada grupo. O relato de Spix e Martius é bastante esclarecedor sobre esta dificuldade:

...todos os índios que chegamos a conhecer aqui, das tribos de Puris, Coropos e Coroados, surpreendentemente, pouco se diferenciavam entre si na estatura e nas feições; os traços individuais pareciam, provavelmente por falta de desenvolvimento, dominados pelos traços gerais da raça do que é o caso, nas outras raças (1976:23).

Apesar das fontes documentais serem escassas e duvidosas sobre os nomes reais dos grupos indígenas da Zona da Mata (OLIVEIRA, 2010), existe relatos de diversos grupos como os Abaíba e os Botocudos provenientes das regiões centro e leste de Minas, que juntamente com os Guarulhos, se assentaram nas proximidades dos rios Pomba e Muriaé (ROCHA, 2008).

Ainda nos arredores do rio Pomba havia registros da presença de Caramonã, Puriacu (ou “Puris Grandes”), e em número reduzido os Tamóios. O assento temporal de um pequeno grupo Carijó, oriundo da localidade do atual município de Conselheiro Lafaiete, em meados do século XVII também consta nas notas etno-históricas. Ao sul, nas imediações do rio Paraibuna, havia relatos de intercâmbio dos Miritis com os Puris fixados no rio Pomba. **Já nas proximidades do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, havia referência dos Araris (ou Aracis), mais especificamente, na Serra do Ibitipoca** (ROCHA, 2008).

Devido a sua alta mobilidade, as populações indígenas durante as ofensivas dos invasores portugueses, buscaram refúgio em áreas de pouca intervenção colonial, como foi o caso da região da Zona da Mata mineira. São várias as hipóteses acerca da presença destes grupos na região.

A versão mais difundida é que os índios da família linguística Macro-Jês, denominados de Tapuias, tiveram na Zona da Mata o seu último refúgio, onde supostamente teriam migrado do litoral fluminense, da região de Campos e São Fidélis, para o sertão a fim de se resguardarem dos inúmeros ataques dos colonizadores. Na documentação histórica, os Puris, os Coroados (ou Croatos) e os Coropós (Cropos) são os grupos mais citados (OLIVEIRA, 2010).

Entretanto, existem outras explicações sobre a origem destes grupos indígenas, como Prezia (2000), que a partir da consulta de relatos de cronistas dos séculos XVI e XVII afirmou que os Puris e os Coroados seriam os remanescentes de um complexo cultural formado por grupos que habitavam a serra do Mar, o qual denominou Guaianá do Sudeste.

Sejam provenientes da costa fluminense ou de outra região do Sudeste, essas populações, durante os confrontos com as frentes de expansão colonial, tiveram suas formas de vida brutalmente alteradas, e os que sobreviveram tiveram que se rearranjar no contexto da sociedade colonial mineira.

É conhecido na documentação histórica dados sobre grandes deslocamentos de grupos indígenas inteiros diante do processo de colonização. Foram comuns a resistência e a fuga de muitos nativos, intensificando a mobilidade e os deslocamentos espaciais destas populações.



Figura 62. Foto de jovens índios Botocudos. O nome botocudo se deu em razão do hábito de usar botoques labiais e auriculares de grande tamanho. Fonte: Arquivo do Estado do Espírito Santo.

Apesar do contexto adverso para os colonizadores portugueses, houve o desenvolvimento de algumas atividades agrícolas, minerárias e mercantis, criando condições para a composição de pequenos núcleos de povoamento. Embora tais atividades não tenham sido em larga escala, elas foram elementares para a economia de subsistência (CARRARA, 1999). De toda forma, mesmo que estas iniciativas não tenham dado destaque do ponto de vista econômico, elas terminaram por empregar medidas violentas que resultaram na expulsão e no aniquilamento da maior parte das populações indígenas de forma a implantar seus assentamentos na região.



Figura 63. Dança dos Puris - Pintura do século XIX de Van de Velden a partir de Johann Baptist von Spix.



Figura 64. Retratos de índios Puris feitos pelo pintor alemão Johann Moritz Rugendas no século XIX. O nome Purí acabou sendo generalizado para muitos grupos indígenas da Zona da Mata mineira.

A extração aurífera foi bastante significativa na região de Ibitipoca. Devido a ela e a tudo que a ela se associava, incluindo-se aí a população residente ou não, e em vista disso, em 1750 criou-se o Curato de Ibitipoca dedicado à Nossa Senhora da Conceição, a mais antiga capela e paróquia de toda esta região e que, também, está entre as mais antigas de Minas Gerais. Entretanto, o ouro foi ficando cada vez mais escasso e outras atividades

econômicas associadas a ele ganharam maior importância, transformando a região que fora predominantemente mineradora em agropastoril (DE PAULA, 2016).

Com a decadência do ciclo do ouro na segunda metade do século XVIII, a Zona da Mata se voltou para atividades agrícolas e extrativistas, a exemplo da coleta da poaia (planta medicinal com poderes purgativos), apesar das restrições da coroa portuguesa. Nesta época, coube ao padre Manoel de Jesus Maria a missão de fundar São Manoel dos Sertões do Rio Pomba e Peixe, o qual viria em 13 de outubro de 1831 a se tornar o primeiro município da Zona da Mata, denominado São Manoel do Pomba (atual Rio Pomba), inaugurado em 25 de agosto de 1832, desmembrado da cidade de Mariana.

A partir do início do século XIX, há uma expansão das atividades agropecuárias. A introdução da cafeicultura na bacia mineira do Paraíba estendeu-se sobre os vales do Rio Pomba e Paraibuna, aproveitando os solos de maior fertilidade da Zona da Mata e do Sul de Minas.

O contexto arqueológico

Ao longo do tempo foram desenvolvidas pesquisas arqueológicas por diferentes instituições na Zona da Mata, como o Setor de Arqueologia do Museu Nacional, que se debruçaram sobre os vestígios da Pedra da Babilônia no município de Rio Novo na década de 1980. Destacam-se os trabalhos da equipe do Instituto de Arqueologia Brasileira, com pesquisas em Rio Branco e Leopoldina na década de 1990 e, sobretudo, os trabalhos promovidos pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF (ROCHA, 2008).

Em relação às pesquisas da UFJF, a instituição catalogou 18 (dezoito) sítios pré-históricos registrados até o momento na Zona da Mata, sendo que apenas 08 (oito) sítios arqueológicos foram estudados sistematicamente por essa universidade: Santa Rosa e Mata dos Bentes (em Rio Novo), Primavera, Poca (em São João Nepomuceno), Córrego do Maranhão (Carangola), Córrego de Areia (Mar de Espanha), Teixeira Lopes e Emilio Barão (na localidade limítrofe entre Juiz de Fora e Lima Duarte). Segue abaixo o mapa com os sítios levantados pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

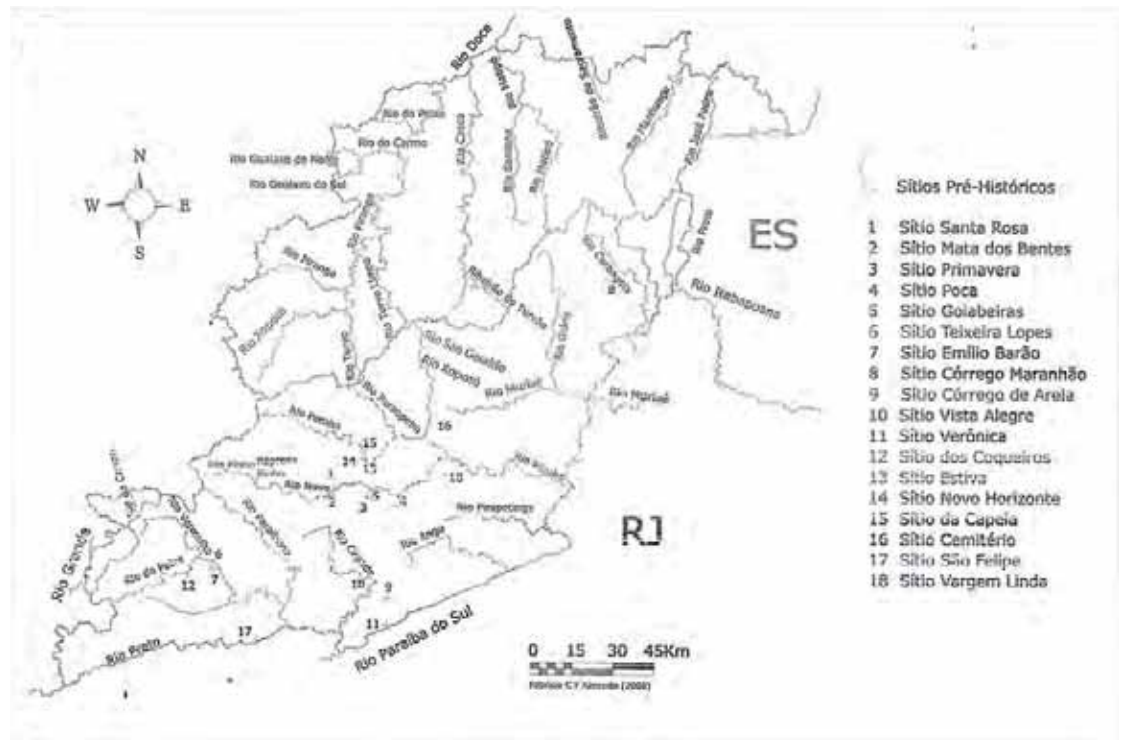


Figura 65. Sítios arqueológicos pré-históricos identificados na Zona da Mata.

Consultando a base de dados do IPHAN (2016), verificou-se que em Lima Duarte há 03 (três) sítios cadastrados: Coqueiros, Lapa dos Monteiros e Sítio Arqueológico dos Coqueiros. Enquanto que nos municípios de Rio Preto, Olaria e Santa Bárbara do Monte Verde não foram identificados sítios arqueológicos no momento da consulta, o que não significa que nestas cidades não existam sítios arqueológicos, indica apenas que não houveram atividades de pesquisa de forma sistematizada que pudesse identificá-los. A bibliografia consultada para a realização do contexto etno-histórico indica que toda a Zona da Mata mineira foi densamente ocupada por inúmeros grupos indígenas.

Os sítios arqueológicos levantados pela UFJF apresentam, por sua vez, características bastante congruentes que permitem uma classificação inicial em sítios lito-cerâmicos (vestígios de pedra e de cerâmica) e localizados em colinas próximos a cursos d'água. Ao que tudo indica, foram assentamentos amplos com mais de seis mil metros quadrados, apresentando tecnologias líticas e cerâmicas muito semelhantes entre si (OLIVEIRA, 2005).

Em relação à antiguidade dos sítios, a bibliografia fornece algumas datações: Santa Rosa com 800 anos AP¹, Mata dos Bentes com 1.300 anos AP, Primavera 700 anos AP, Poca 700 anos AP, Córrego do Maranhão com 1.600 anos AP, Córrego de Areia com 920 anos AP, Estiva com 485 anos AP e Vargem Linda com 565 anos AP e com destaque para os sítios Teixeira Lopes com 585 anos AP, Emilio Barão com 530 anos AP e Coqueiros com 700 anos AP por estarem mais próximos geograficamente da área proposta do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira (OLIVEIRA, 2005).

As cerâmicas apresentam uma grande variedade de técnicas decorativas como os corrugados, ungulados, e algumas com pinturas, formas e tamanhos. Segue abaixo uma foto de fragmento cerâmico recuperado em escavações arqueológicas nos limites entre Lima Duarte e Juiz de Fora.



Figura 66. Cerâmica tuiguarani recuperada no sítio arqueológico Teixeira Lopes.

Contrapondo com a rica diversidade das cerâmicas, o material lítico é fundamentalmente composto por lascas de quartzo hialino e pouca evidência de material polido (OLIVEIRA, 2005).

Durante as atividades na região, fomos informados de vestígios líticos polidos que foram encontrados na zona rural de Lima Duarte, um dos municípios que fazem parte da área

¹ AP: Antes do Presente, tendo por referência o ano de 1950, data em que o químico norte-americano Willard Libby desenvolveu a datação radiocarbônica (carbono 14).

proposta para o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira. Segue abaixo fotos de um desses raros artefatos polidos.



Figura 67. Artefato lítico que possivelmente pertencia a grupos horticultores-ceramistas. Fonte: GCIAP, 2016.

7.2. Potencial arqueológico da área de estudo

As entrevistas com descendentes de grupos indígenas na Comunidade da Grotinha foram conduzidas de forma livre e bastante informal. Os fatos narrados dão conta de histórias de vida, experiências e atividades que eram feitas na Serra por seus ancestrais ou pelos próprios entrevistados quando estes eram crianças. É recorrente mencionarem histórias de ancestrais femininas “pegas no laço” e indicaram um local específico destes apresamentos, a Serra das Flores.

Do ponto de vista geomorfológico, a Serra das Flores é uma continuidade da Serra Negra, e para os deslocamentos indígenas, que conforme a bibliografia consultada abrangia amplas áreas, quer pelo seu modo de vida nômade como caçador-coletor, quer seja para fugir das atrocidades dos invasores europeus, a distância entre a Serra das Flores e a Serra Negra era insignificante para estas populações, o que pode indicar a

presença de restos de assentamentos e evidências de antigas passagens e ocupações indígenas nos períodos histórico e pré-histórico.

Durante a entrevista foi mencionado que havia alguns indígenas nascidos e criados na Serra Negra, a exemplo de uma senhora chamada Bárbara, falecida há alguns anos e que era uma pessoa conhecida na Comunidade da Grotinha.

Desta forma, existe um grande potencial para a arqueologia, em relação à identificação de sítios pré-históricos na área da Serra, apontando que esta região já foi bastante ocupada, inclusive por pessoas que possuem ancestralidade indígena. A partir do levantamento fundiário para este estudo de criação e das próprias vistorias na Serra, é visível que ela está fracamente povoada, restando pouquíssimos moradores fixos, como resultado da estagnação econômica da localidade e do forte êxodo rural, que se desenvolveu por todo o país durante a segunda metade do século XX.

Já no período histórico, ou seja, a partir do século XVI com a chegada dos invasores portugueses ao Brasil, há notícias da passagem das tropas de Duque de Caxias na Serra Negra durante a Revolução Liberal de 1842.

Conforme Delgado (2009), o Brasil Imperial, na primeira metade do século XIX, vivia profundas agitações políticas que eclodiam por todo o território nacional. Em Minas Gerais, houve lutas históricas que defendiam a regência e a maioria, e a Revolução Liberal de 1842 é considerada uma consequência deste conturbado contexto político da monarquia brasileira.

Em Minas Gerais e em São Paulo houve muita repercussão e decisões políticas que afrontavam o regime, a exemplo de Barbacena que se tornou um dos berços do Partido Liberal liderado por Teófilo Ottoni em Minas, e em Sorocaba/São Paulo liderado por Padre Feijó.

O plano dos liberais, que iniciaram o movimento contra a situação da política da época, era de reivindicar o poder político e administrativo pela força, confiantes de que a primeira ação armada seria suficiente para intimidar os conservadores. Mas o movimento foi visto como golpe contra o Estado e o regime monárquico. Então, a corte imperial, temerosa de que o movimento irradiasse para as outras 16 províncias daquela época, tomou rápidas e enérgicas medidas. Em São Paulo, o movimento durou um mês,

enquanto em Minas, então constituída por 42 municípios, dos quais 15 declaradamente revolucionários, estendeu-se por 73 dias.

Para a região da bacia do rio do Peixe deslocaram aproximadamente 700 soldados e voluntários com a finalidade de dar combate às tropas imperiais que vinham do Rio de Janeiro, através da bacia hidrográfica do rio Preto, sob o comando do Tenente-Coronel José Joaquim de Lima e Silva (futuro Conde de Tocantins) e de seu irmão, o Brigadeiro Luiz Alves de Lima e Silva, na época, Barão de Caxias.



Figura 68. Duque de Caxias. Militar defensor da monarquia ganhou o apelido de “O Duque de Ferro”.

Na documentação pesquisada por Delgado (2009), as tropas imperiais chegaram à região subindo a Serra Negra, cortando-a através da Garganta que formava uma passagem diante da sua forte declividade.

Para a Arqueologia é interessante destacar os possíveis vestígios deste conflito, como restos de armamentos, munição, sepulturas de soldados, trincheiras, etc. Durante as entrevistas com pessoas da comunidade foram relatados achados de armamentos bélicos em fazendas, localizados perto de áreas de várzeas. Segue abaixo uma passagem de Delgado que cita possíveis remanescentes de vestígios e de estruturas (2009):

A garganta da Serra Negra, alta cadeia de montanhas que se continua ao norte com a da Mantiqueira, dava passagem por um corte aberto no ponto mais fácil, formando um leito de estrada estreito, ladeado de barrancos de cerca de 11 metros de altura. Os terrenos superiores a estes barrancos eram forrados de espessa mata-virgem, e os insurretos tinham feito do lado direito, como entricheiramento, uma estacada de madeira, por onde mais comodamente dominavam a estrada e poderiam operar, auxiliados pela estreiteza da mesma, que não permitiam a tropa e muares passar e aos pedestres, senão um a um ou a dois.

Caminhando a marchas forçadas para exercitar a Força, o Comandante Monteiro de Barros alcançou a Serra Negra desde Rio Preto em 3 dias atingindo-a em 15 de julho. Sujeito naquela garganta às dificuldades que ela opunha à passagem, sem porém ser incomodado pelos insurretos, provavelmente retraídos pela surpresa, pelo terror dos armamentos e pela ordem e disciplina das Tropas de Linha (2009:23).



Figura 69. Tela a óleo sobre a Revolução de 1842. Representação artística de Célio Nunes. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Santa Luzia.

Após consulta a mapas antigos da região, identificou-se a possível rota que Duque de Caxias, então Barão de Caxias, utilizou para transpor a Serra pela citada Garganta. Pelas datações e pelo contexto, certamente tal caminho já era utilizado desde os tempos pré-históricos, em razão da forte declividade da Serra. Foi por esse suposto caminho que, possivelmente, também passou o naturalista Auguste de Saint-Hilaire.

Seguem os mapas históricos abaixo demonstrando o grau de conhecimento dos colonizadores sobre a Serra ao longo do tempo. Destaque para o último mapa, onde há menção à Fazenda do Bispo, uma histórica propriedade que é mencionada tanto nos registros de Saint-Hilaire como no contexto da passagem da horda de Caxias.

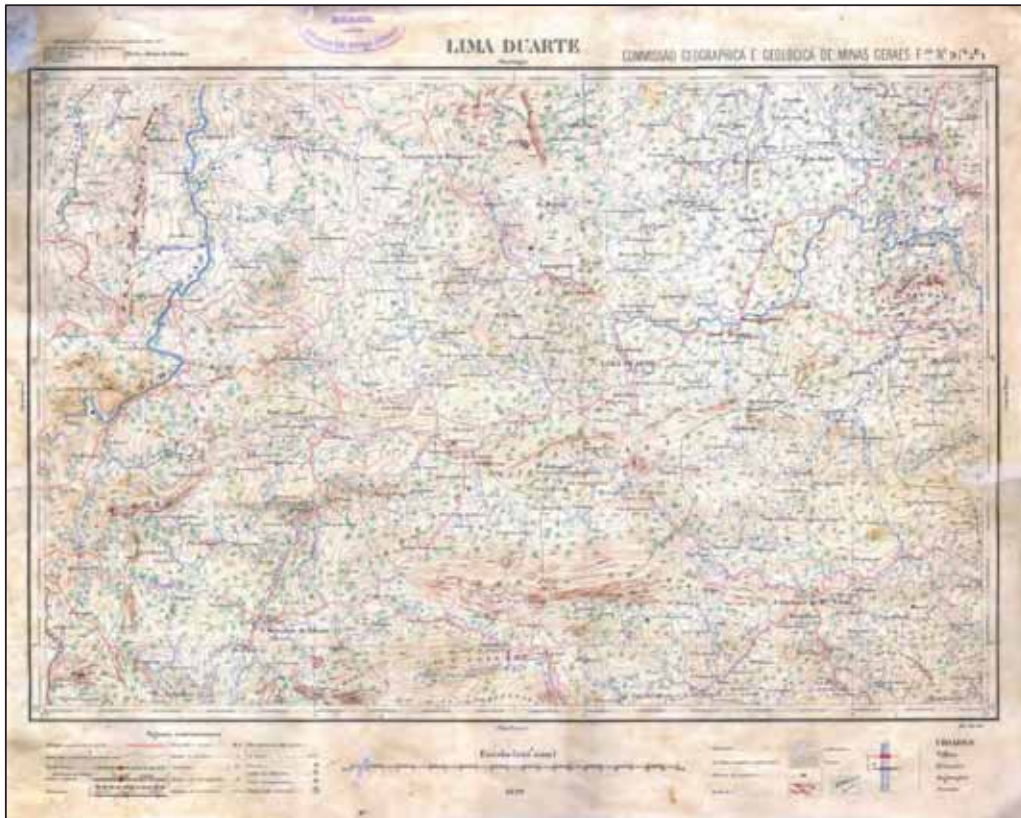


Figura 72. Mapa de 1899.



Figura 73. Detalhe do mapa anterior, com destaque para a Serra Negra. A única linha contínua de preto que corta de norte a sul a Serra, seria o antigo caminho descrito na documentação sobre a Revolta Liberal (destaque para o círculo em vermelho). Seu trajeto passa por uma garganta como pode ser observado a partir das curvas de nível. Fonte: De Paula (2016) com modificações.

Em relação aos vestígios ligados ao contexto da escravidão, tivemos a informação de uma caverna localizada na Serra das Flores, portanto fora da área projetada para a Unidade de Conservação, chamada “Toca dos Nêgos”. Esta cavidade, segundo os moradores da Grotinha, é de difícil acesso. Seria uma caverna de dimensões consideráveis, mas com uma abertura bastante estreita, necessitando do visitante

rastejar para adentrar à cavidade. É possível que, pela toponímia, se trate de algum ponto de acampamento de escravos fugitivos denominados de quilombolas. A proximidade geográfica da Serra das Flores com a Serra Negra permite pensar sobre a existência de possíveis locais de pouso, locais sagrados ou até mesmo assentamento quilombola, tendo em vista que área, até mesmo nos dias atuais, apresenta muita dificuldade para realizar caminhamentos. Conforme a bibliografia, altos de Serra foram áreas muito procuradas por estes escravos, que nunca aceitaram a submissão ao sistema escravista (Guimarães, 1988).

Portanto, a área na qual está sendo proposta a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira possui grande potencial para apresentar vestígios do período histórico, quer seja em relação a este conflito ocorrido no século XIX, quer seja em relação a possíveis vestígios de escravos quilombolas. Além, do próprio passado indígena, a região também pode apresentar vestígios sobre a passagem de diversos grupos indígenas, até mesmo a sua presença na Serra Negra no século XX, constatada a partir de entrevistas com moradores mais antigos da região.

A pouca atenção dada às populações nativas da região pela história oficial é um dos principais motivos da desvalorização dessa ancestralidade, e, conseqüentemente, motivo de seu desconhecimento. A ideologia do esquecimento do passado indígena transmitiu-se a gerações seguintes e, por isso, sabe-se tão pouco a respeito dos primeiros habitantes antes da chegada dos portugueses. Selecionou-se um passado ligado às fazendas de café e de gado, mais ligados aos europeus e aos africanos (Rocha, 2008). A ideia sobre os grupos indígenas por tantas vezes ficou distorcida, como ocorreu nas entrevistas através de relatos de que mulheres indígenas foram “pegas no laço”, um inquestionável ato de violência, amenizado pela dita visão distorcida que se tem sobre os grupos indígenas.

Assim, a possibilidade da existência de sítios arqueológicos ligados a grupos indígenas, europeus e africanos na Serra Negra pode promover um resgate desse passado com a criação do Parque, no qual, através de atividades de pesquisa científica e ações ligadas a educação patrimonial, poderá permitir aos visitantes desta Unidade de Conservação a possibilidade de preservar e conhecer melhor a trajetória histórica dos grupos humanos que passaram pela Serra Negra e, simultaneamente, se sensibilizar diante da questão ambiental.

8. POTENCIAL TURÍSTICO

As pesquisas oficiais sobre a oferta turística da região da Serra Negra da Mantiqueira resumem-se aos inventários da oferta turística dos municípios de Lima Duarte, Olaria e Rio Preto. O município de Santa Bárbara ainda não dispõe deste inventário.

Analisando estes documentos, que seguindo orientação da Secretaria de Estado de Turismo buscam inventariar somente atrativos “reais”, ou seja, aqueles já visitados por turistas e com condições mínimas de acesso, pode-se observar que os atrativos turísticos inventariados na região da Serra Negra se localizam em sua maioria fora da área proposta para a criação da Unidade de Conservação. Consta nestes inventários somente três atrativos dentro da área proposta, sendo eles: Cachoeira do “Marciano” em Olaria, e Cachoeiras da “Água Vermelha” e “Ninho da Égua” em Rio Preto.

Com relação a equipamentos turísticos, os Inventários da Oferta Turística dos municípios demonstram a existência de 05 (cinco) bons meios de hospedagem (pousadas) na vila de Funil e 01 (um) hotel na vila de Conceição em Rio Preto.

Em Lima Duarte, a Fazenda das Cachoeiras do Arco-Íris, localizada no povoado de Monte Verde, apesar de já receber milhares de turistas todos os anos, conta apenas com 01 (um) *camping* e 01 (um) chalé para aluguel. Casas para aluguel em finais de semana vem sendo disponibilizadas e 01 (uma) nova pousada está sendo construída na comunidade.

Os municípios de Olaria e Santa Bárbara do Monte Verde ainda não contam com equipamentos turísticos no entorno imediato da Serra Negra.

A Serra Negra da Mantiqueira, assim como o Parque Estadual de Ibitipoca, está geograficamente localizada entre as seguintes capitais: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Encontra-se também próxima de grandes cidades como Juiz de Fora, Barra Mansa e Volta Redonda, entre outras do Vale do Paraíba. Esta localização estratégica demonstra que a Serra Negra, está em um raio de possível visitação por milhões de pessoas, analisando somente o turismo doméstico e os acessos terrestres atualmente existentes.

Expedições *in loco*, sobrevôos, entrevistas com moradores, pesquisadores e proprietários de terras no interior da área proposta para a criação da UC, indicam que neste perímetro existem dezenas de cachoeiras de diferentes alturas e volumes de água, grutas e cânions em quartzito ainda inexplorados do ponto de vista turístico. Vale ressaltar também a expressiva biodiversidade da Serra Negra, que também possui potencial como atrativo turístico científico, educacional e paisagístico.

Muitos dos atrativos existentes atualmente podem ser acessados através da entrada na serra por meio de antigas trilhas de travessia, utilizadas no passado por tropeiros, viajantes e moradores locais. Muitas destas, devido ao esvaziamento populacional do entorno da serra, atualmente se encontram em processo de desaparecimento. Entretanto, algumas ainda se mantêm em bom estado de uso, pois frequentemente são utilizadas por motociclistas, cavaleiros e *trekkers* que já realizam atividades esportivas, científicas e de contemplação da natureza.

A visitação turística no interior da área da Serra Negra, mesmo que não seja mensurada atualmente, é real. Através de conversas informais com proprietários de pousadas, condutores de turismo de Rio Preto e Lima Duarte e em análises de publicações em redes sociais, verifica-se que a visitação turística no interior da área proposta para a criação da UC já acontece há pelo menos dez anos e vem crescendo gradativamente, sem qualquer controle, ordenamento ou normatização. É notória que a crescente visitação sem controle já oferece potenciais riscos à preservação de atrativos e à biodiversidade local.

Os antigos caminhos ainda servem como principais acessos às partes altas da Serra Negra, sendo que cada município possui seu acesso principal, e em todos eles existem mais de uma trilha para acessar serra. No futuro, com a criação da Unidade de Conservação, é recomendável que os acessos à mesma sejam planejados de forma a atender a todos os municípios envolvidos, fomentando a atividade turística nestas comunidades e buscando assim um controle de visitação em cada região específica da Serra Negra.



Figura 74. Principais trilhas (em laranja) e estradas (em branco) associadas à área proposta para criação do PE Serra Negra da Mantiqueira (em verde).

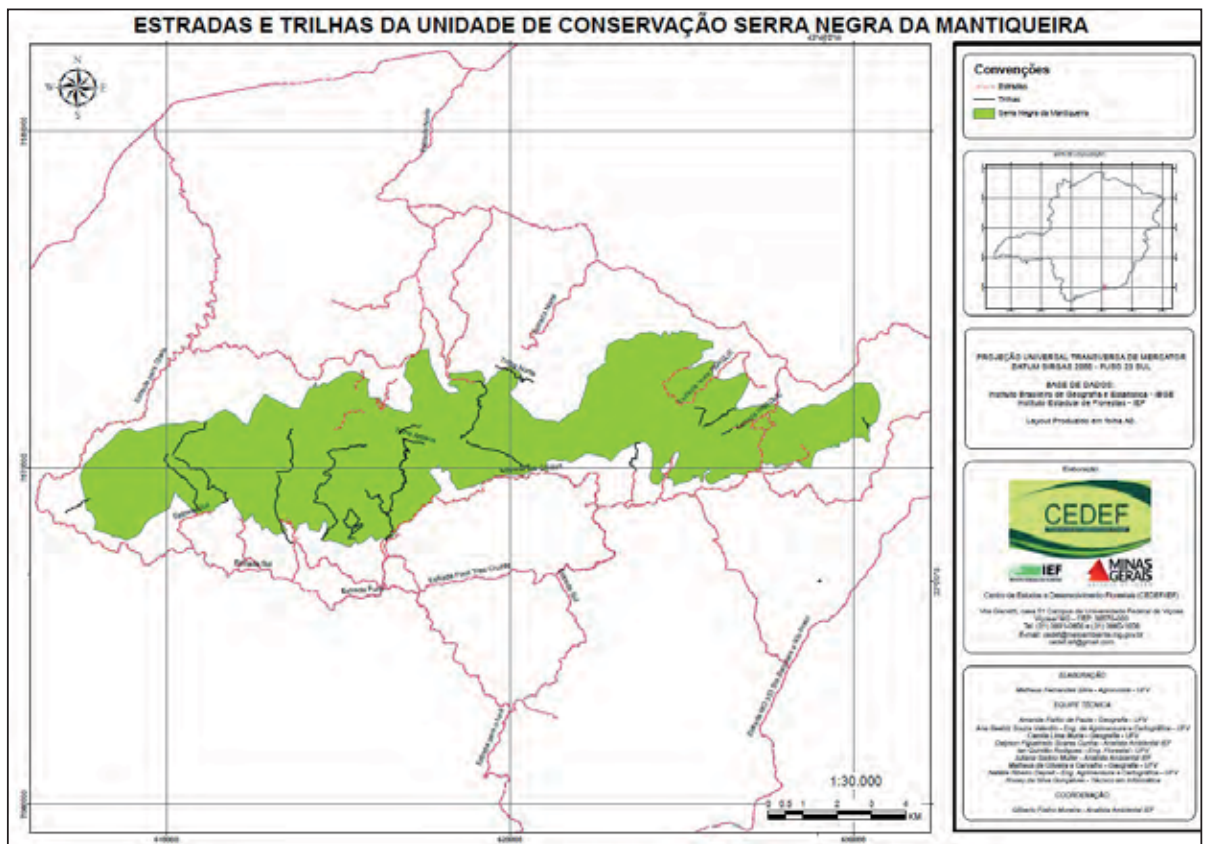


Figura 75. Mapa de estradas e trilhas no PESNM e entorno.

A Serra Negra possui grande potencial para a formatação de travessias de caminhada, modalidade muito praticada por ecoturistas ao redor do mundo. Existe em estudo preliminar a possibilidade da formatação de cinco travessias diferentes, cruzando trilhas em toda a sua extensão e culminando em diferentes comunidades e municípios no entorno. Estas travessias darão acesso aos principais atrativos da futura UC, utilizando os caminhos já existentes e novos acessos que poderão ser determinados após a elaboração de estudos específicos.

O potencial de desenvolvimento de novos produtos e roteiros turísticos na Serra Negra e em seu entorno poderá se concretizar em curto prazo, devido à grande demanda já existente na região, atualmente atraída pelo Parque Estadual do Ibitipoca.

Diferente de outros Parques de Minas Gerais que ainda necessitam criar uma identidade turística mais robusta e o reconhecimento do destino no cenário turístico nacional, a Serra Negra da Mantiqueira já transpõe esta fase, quando consideramos que há uma demanda atraída pelo Parque Estadual do Ibitipoca, e os inúmeros atrativos turísticos a serem explorados em sua área.

A proximidade entre as duas áreas e a grande procura pelo Parque Estadual do Ibitipoca, o qual atualmente é um dos mais visitados em Minas Gerais, poderá contribuir para o desenvolvimento do turismo na Serra Negra da Mantiqueira, já que aqueles turistas que irão visitar o PE do Ibitipoca, também terão a oportunidade e propensão em visitar uma Unidade de Conservação muito próxima, o PE Serra Negra da Mantiqueira.

A ocorrência de dois parques com atrativos turísticos altamente relevantes, em uma área onde o fluxo turístico é real e crescente, juntamente com um plano estratégico de desenvolvimento sustentável integrado ao turismo, possui o potencial de transformar a região em sua totalidade, em um dos principais destinos de ecoturismo e turismo no meio rural de Minas Gerais. Este fato poderá potencializar sensivelmente o desenvolvimento econômico, social, infraestrutural da região e a arrecadação de recursos para o estado e municípios.

A seguir, destacam-se alguns dos principais atrativos turísticos da Serra Negra da Mantiqueira:



Figura 76. Cachoeira do Marciano – Serra Negra – Olaria.
Foto: Márcio Lucinda.



Figura 77. Cachoeira do Marciano – Serra Negra – Olaria.
Foto: Márcio Lucinda.



Figura 78. Cachoeira do Nariz – Serra Negra – Olaria.
Foto: Márcio Lucinda.



Figura 79. Cachoeira de Cima, Complexo do Marciano – Serra Negra – Olaria. Foto: Márcio Lucinda.



Figura 80. Cachoeirinha do Caminho – Serra Negra – Olaria. Foto: Márcio Lucinda.



Figura 81. Cachoeira de Baixo – Complexo do Marciano – Serra Negra – Olaria. Foto: Márcio Lucinda